

# AGORA

FENAE

# Missões

## Apogeu e queda do sonho Guarani

A história dos Sete Povos representa o conflito entre os primeiros donos da terra e os colonizadores europeus

# Todas as vidas

## Cora Coralina

Vive dentro de mim  
uma cabocla velha  
de mau-olhado,  
acocorada ao pé do borralho,  
olhando pra o fogo.  
Benze quebranto.  
Bota feitiço...  
Ogum. Oxixá.  
Macumba, terreiro.  
Ogã, pai-de-santo...  
Vive dentro de mim  
a lavadeira do Rio Vermelho.  
Seu cheiro gostoso  
d'água e sabão.  
Rodilha de pano.  
Trouxa de roupa,  
pedra de anil.  
Sua coroa verde de são-caetano.  
Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira.  
Pimenta e cebola.  
Quitute bem feito.  
Panela de barro.  
Taipa de lenha.  
Cozinha antiga  
toda pretinha.  
Bem cacheada de picumã.  
Pedra pontuda.  
Cumbuco de coco.  
Pisando alho-sal.  
Vive dentro de mim  
a mulher do povo.  
Bem proletária.  
Bem linguaruda,  
desabusada, sem preconceitos,  
de casca-grossa,  
de chinelinha,  
e filharada.

Vive dentro de mim  
a mulher roceira.  
Enxerto da terra,  
meio casmurra.  
Trabalhadeira.  
Madrugadeira.  
Analfabeta.  
De pé no chão.  
Bem parideira.  
Bem criadeira.  
Seus doze filhos.  
Seus vinte netos.  
Vive dentro de mim  
a mulher da vida.  
Minha irmãzinha...  
tão desprezada,  
tão murmurada...  
Fingindo alegre seu triste fado.  
Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida -  
a vida mera das obscuras.

8 de março-dia internacional da mulher

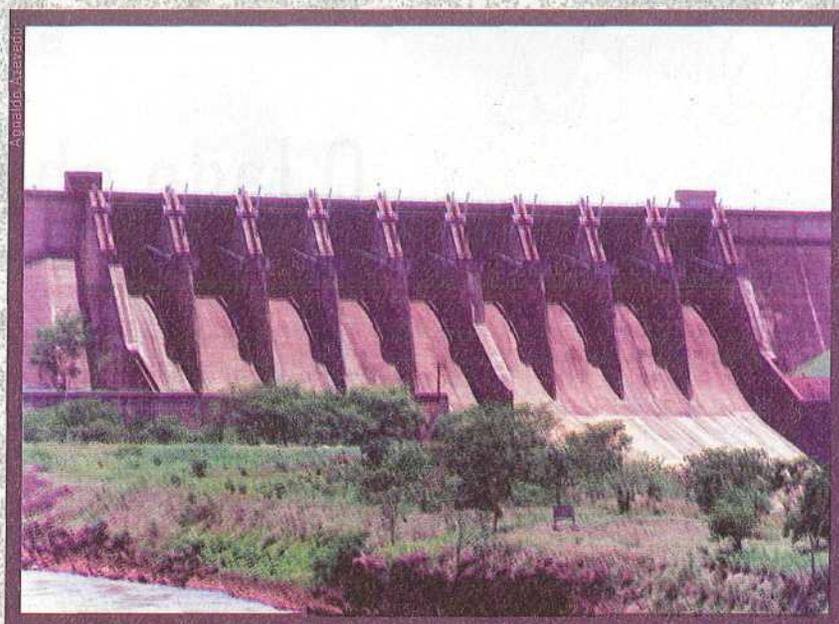


**FENAE**

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES  
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



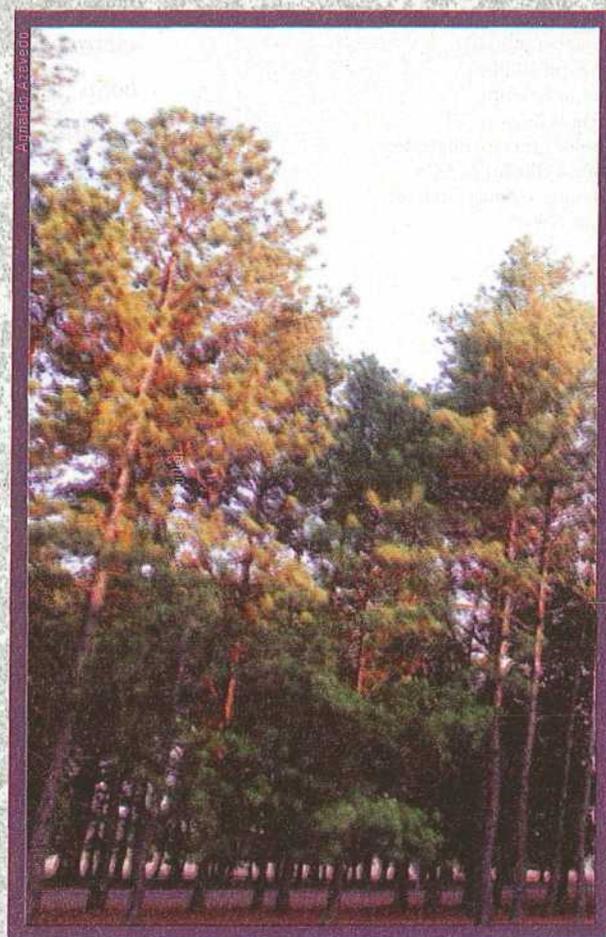
**Capa:** A história de resistência dos Sete Povos das Missões  
Pág. 8



Baixa popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso pode barrar privatizações  
Pág.32

# AGORA FENAE

- 5 Saiba onde encontrar as sete maravilhas do mundo antigo
- 7 "A grande violência está na índole brasileira", diz Jânio de Freitas
- 19 Política chilena tem sucesso no combate ao déficit habitacional
- 23 Biondi mostra os interesses conflitantes na venda do Banespa
- 29 Nísia Floresta é a precursora do movimento feminista no Brasil
- 30 Com o fator previdenciário, governo dificulta a aposentadoria
- 32 Jogo de peteca pode ser praticado por pessoas de todas as idades
- 33 Folclore nacional se mantém pelo esforço de produtores e artistas
- 31 O carnaval brasileiro merece o título de maior espetáculo da terra



Projeto do novo Código Florestal é retrocesso na questão ambiental Pág. 36

**Administração e redação:**

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,  
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901  
Telefone: (061) 323-75:16  
Fax: (061) 325-6057  
Homepage: ww.fenae.org.br  
E-mail: fenae@fenac.org.br

**Diretoria Executiva**

Presidente:  
Carlos Borges  
Vice-Presidente:  
José Carlos Alonso  
Diretor Financeiro:  
José Durval Reis  
Diretor de Relações no Trabalho:  
Anlônio Bráulio de Carvalho  
Diretor Administrativo:  
Pedro Eugênio Leite  
Diretor de Esportes:  
Jorge Peixoto de Mattos  
Diretora Cultural:  
Aparecida Diniz  
Diretor Emérito:  
Orlando César  
Diretor Primeiro Suplente:  
Vaumik Ribeiro da Silva  
Diretora Segunda Suplente:  
• Erika Kokay

**Conselho Fiscal**

Ozair Cataldi;  
Bernardete de Aquino  
Francisca de Assis Silva >

**Suplentes**

Jorge Cruz Marçal  
Francisco Astrogildo Cruz  
José Marcos de Almeida Costa

**Conselho Deliberativo Nacional**

Presidente: Valmir Gongora  
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello  
Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

**Edição e redação:** Antônio José Reis,  
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

**Colaboradores:** Jânio de Freitas,  
Aloysio Biondi, Tárk de Souza e Aclacir Reis  
Diagramação: Hélder Narde

**Ilustração:** Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares  
comprovada por p<ç. M'-sit (pi^(ffv) <s ^  
cuja carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade  
dos seus autores. As matérias podem ser  
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

## O lado obscuro dos fatos

**E**stamos às vésperas da comemoração de 500 anos da chegada dos europeus às terras brasileiras. Os cinco séculos da história de nossa nação têm sido plenos de acontecimentos obscuros ou destituídos de sua real importância cultural, política e econômica. Fatos geram controvérsia, escondem-se explicações, vem sendo o processo de construção de um país chamado Brasil.

Entre o momento em que o primeiro colonizador aqui colocou suas botas e os dias de hoje, ocorreram conflitos e lutas que marcaram esses 500 anos, mas que se mantêm fora do conhecimento da maioria dos brasileiros, como se pouco ou nenhum significado tivessem para as novas gerações. É o caso, por exemplo, do movimento ocorrido no período de 1682 a 1750,

no território de Sete Povos das Missões, onde anos depois surgiu o estado do Rio Grande do Sul, envolvendo índios Guarani e padres jesuítas numa experiência de sociedade independente dos valores e dos padrões ditados pelos colonizadores espanhóis e portugueses.

Sem uma boa explicação também está a aprovação, no Congresso Na-

cional, do fator previdenciário, que prejudica boa parte dos trabalhadores que começaram a trabalhar cedo. As regras aprovadas criaram obrigações mais duras que a idade mínima, retirada do projeto original pelo esforço dos partidos de oposição.

A mudança na Previdência tem raiz na política governamental, que também ataca o patrimônio público através das privatizações. Petrobras e Correios, ao lado dos bancos oficiais, estão na alça de mira de um governo que já se desfaz de mais de 70% do patrimônio nacional.

Outros exemplos dessa política encontram-se em cada linha do novo

Código Florestal, que pode abrir as portas para um desmatamento sem precedentes. Ou então na habitação nacional, que não resiste a uma simples comparação com o modelo adotado no Chile.

Bons eram os tempos dos sete povos... Vem dos índios brasileiros, por exemplo, o jogo de peteca, praticado dos oito aos 80 anos. Os primeiros habitantes desta terra também serão lembrados, este ano, durante o carnaval brasileiro, festa que movimentará milhões de reais todo ano mas também preserva tradições regionais. •

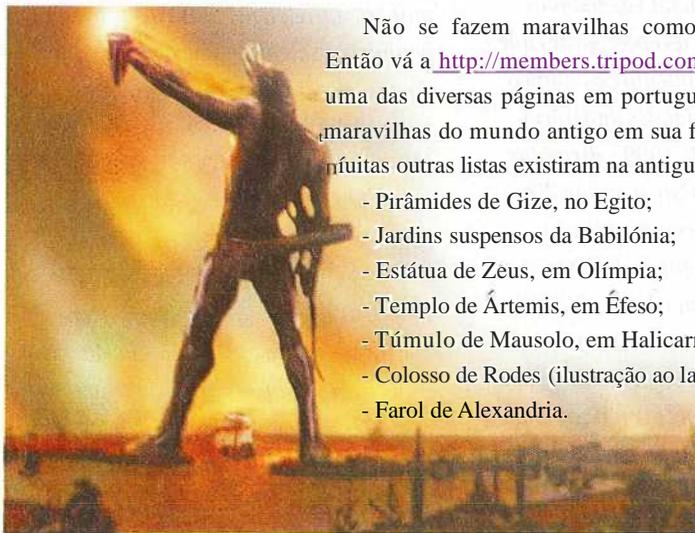


# Cultura supérflua

De repente, no meio da conversa, alguém tasca que o CD tem duração máxima de 74 minutos porque esse é o tempo da Nona Sinfonia de Beethoven. Verdade? Mentira?

Quem sabe... O fato é que somos, por natureza, interessados em fatos pitorescos. O site [www.geocities.com/Athens/Forum/5050](http://www.geocities.com/Athens/Forum/5050) é um prato cheio para isso. De fatos da história a curiosidades do comportamento humano, a página Mundo de Curiosidades é uma verdadeira bíblia do assunto.

# Mundo de maravilhas



Não se fazem maravilhas como antigamente. Duvida? Então vá a <http://members.tripod.com/~Guaipeca/inicio.html> uma das diversas páginas em português que detalham as sete maravilhas do mundo antigo em sua formação "oficial", já que muitas outras listas existiram na antiguidade:

- Pirâmides de Gize, no Egito;
- Jardins suspensos da Babilônia;
- Estátua de Zeus, em Olímpia;
- Templo de Ártemis, em Éfeso;
- Túmulo de Mausolo, em Halicarnasso;
- Colosso de Rodas (ilustração ao lado);
- Farol de Alexandria.

# Alta velocidade

Para os amantes da velocidade, um prato cheio é a página da Federação Internacional de Automobilismo ([www.fia.com](http://www.fia.com)), em inglês ou francês. Fundada em 1904, a Fia não se resume à Fórmula 1. É, na verdade, um clube automobilístico mundial. O site mostra a estrutura da entidade e sua organização.



# O poder atlante

Quando se acha que nada mais pode ser inventado sobre a Atlântida... A página [users.sá.com.br/ananda/bastao.htm](http://users.sá.com.br/ananda/bastao.htm) fala sobre a maravilhosa ferramenta chamada bastão atlante. "Dispositivos psicotrônicos a cristal de quartzo", os bastões são instrumentos que "projetam a força universal de energia construtiva ao plano da matéria física". Entre suas aplicações, estão o crescimento de plantas e a influência sobre produtos eletroeletrônicos.

FENAE AGORA: [imprensa1@fenae.org.br](mailto:imprensa1@fenae.org.br)

# AGORA a revista do ano 2000

anuncie aqui e faça parte deste projeto

(61) 323-7516 - [imprensa1@fenae.org.br](mailto:imprensa1@fenae.org.br)

### Contexto

Na edição de dezembro/99 da FENAE AGORA, existe uma matéria na página 17, "Antônio: o brasileiro", que a meu ver e com respeito ao cidadão focado, sr. Antônio José Dias, não deveria fazer parte de nossa revista. Por quê?

Temos em nosso meio diversos personagens que poderiam muito bem ilustrar aquela página, sem necessidade de buscar pessoas fora do nosso contexto. E ainda divulgarmos a penúria por que passa nossos aposentados e mesmo empregados da ativa, fazendo com que todos nós pudéssemos tomar pé do absurdo que passa toda a classe economiária.

Na mesma edição, na página 26, com a matéria "Fundos de pensão ativam economia", causa-me surpresa quando é abordado que a diretoria da Funcef aplicou recursos, deforma inadequada, em empreendimentos como Mappin, Casa Anglo e Crefisul e maus negócios como o Hotel Renaissance. Quanto aos três primeiros negócios, as aplicações foram desajeitadas. Já no que se refere ao hotel, as informações indicam que se trata de um bom investimento, pois é o melhor hotel de São Paulo e suas dependências estão sempre lotadas.

Infelizmente a Funcef não presta informações reais a seus sócios. Temos na figura da Fenae nosso órgão maior de representação. E, neste sentido, sua revista deveria suprimir reportagens que não nos dizem respeito, elaborando outras, por exemplo, com todos os detalhes daquela operação. Seria uma reportagem investigativa, como fazem diversos jornais de renome em nosso país, explicando as maracutaias, se existiram, as razões e os nomes de quem patrocinou. Se não existe normas nos estatutos da Funcef para uma auditoria profunda e que resguarde nosso interesse, que se procure formas jurídicas tempestivas para

que, posteriormente, não soframos o leite derramado.

Antônio Roberto de Carlis  
Birigui (SP)

### Nota da redação

A coluna Nossos Personagens da edição passada teve o objetivo de mostrar o "heroísmo" do cidadão comum, muito bem representado por Antônio José Dias. A Fenae direciona outros veículos para abordar a situação dos empregados, como seus jornais e boletins informativos.

Quanto à Funcef, a Fenae recorre a instrumentos administrativos e judiciais para obter as informações que julga pertinentes. Tudo o que obtemos é reproduzido nesses mesmos veículos.

### Funcef

Solicito divulgar nesta conceituada revista, para conhecimento de todos os colegas economiários, as observações que fiz após tomar conhecimento do balanço e do relatório das atividades da Funcef publicadas em maio de 1999 e dirigidas ao sr. Sérgio Nunes da Silva, então diretor representante dos empregados da Caixa na Funcef. O balanço de 1998 acusou um prejuízo de mais de R\$ 559 milhões no programa de investimentos com títulos de renda variável, demonstrando que a diretoria da Funcef tem conduzido as suas aplicações de modo temerário e até irresponsável, o que compromete o seu patrimônio, que pertence a todos os economiários.

A aplicação de mais de R\$ 65 milhões em ações da "Casa Anglo" e mais R\$ 32 milhões em debêntures me parecem absurdas. Que poder de persuasão teve esta empresa sobre os diretores da Funcef, a ponto de fazer com que fosse aplicada vultosa quantia numa só empresa? Parece-me um absurdo o investi-

mento de mais de R\$ 125 milhões em parques temáticos, pois não trazem retorno condizente com o capital aplicado e não consta na demonstração de resultados no balanço de 1998. A participação de 90% no investimento do parque temático Wet'n Wild, no Rio de Janeiro, me parece exagerada, pois o normal seria, no máximo, de 60%.

A participação da Funcefem investimentos imobiliários, no valor total de R\$ 1 bilhão e 300 milhões, rendeu apenas R\$ 53 milhões, o que corresponde a pouco mais de 4% ao ano sobre o capital aplicado. A compra de R\$ 34 milhões em títulos do governo estadual de Santa Catarina e R\$ 6,5 milhões de governos municipais, para pagamento de falsos precatórios, me parecem uma afronta aos economiários. Quem será que intermediou estas transações espúrias? A revista "Veja", de 25 de agosto de 1999 - página 44, noticia que a Funcef enterrou R\$ 22 milhões na Teletrust, uma aventura do banqueiro Salvatore Cacciola pelo mundo das telecomunicações, e ainda mais outras transações do empresário Jorge Mansur, no valor de R\$ 117 milhões. Nós, economiários, é que pagaremos estas contas.

A Funcef participou de vários leilões de privatizações de empresas pertencentes ao governo. Segundo consta, alguns economiários participam dos conselhos dessas empresas. A Fenae poderia syndicar sobre este assunto e informar melhor aos economiários.

Aloísio de Schueler  
Niterói (RJ)

---

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).\*

# A nossa incógnita

■ Jânio de Freitas

**P**essoal técnico não falta ao Brasil, seja em quantidade ou em qualidade.

Dinheiro, basta ver o orçamento da União e o oceano da sonegação estimada pela Receita. O disponível já é imenso, com o alcançável resultaria em dinheiro para construir um paraíso. Não se precisaria tanto: um país sem fome, sem crianças desprezadas, sem doentes desassistidos e sem desemprego já seria suficiente.

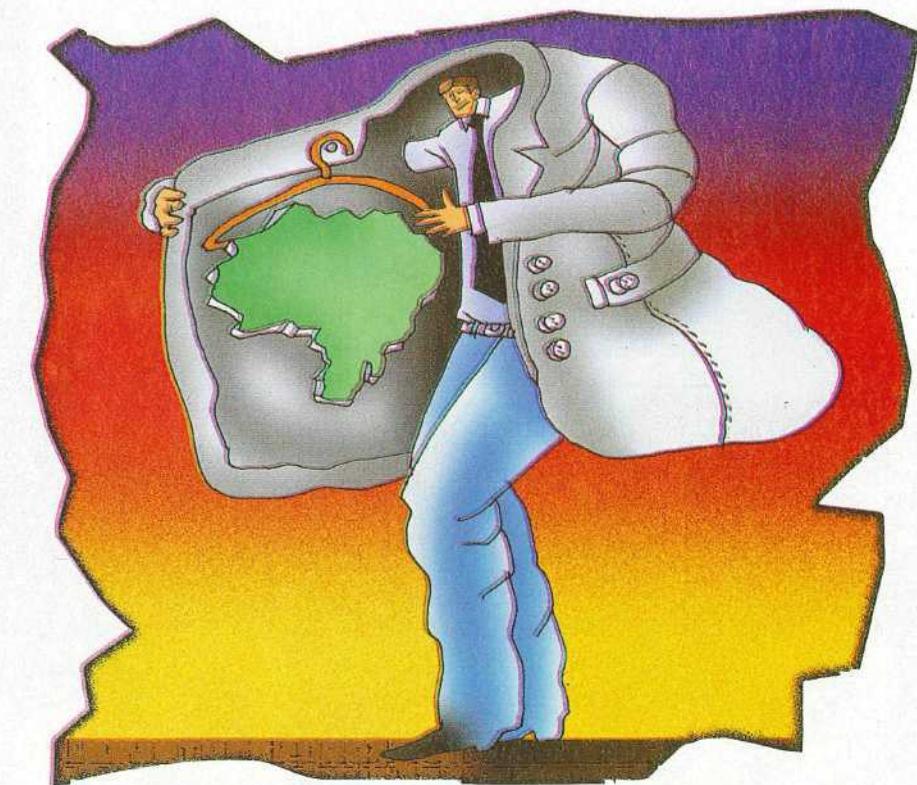
Ou por outra: seria suficiente termos um país sem a grande violência. Antes de serem consequências econômicas, as condições em que mal sobrevive a maioria absoluta dos brasileiros são obras da grande violência. O Brasil é um país terrivelmente violento. Dos mais violentos do mundo. E de todos os tempos. Raros países têm tido, ao longo dos séculos, tantas e tão relegadas condições de dar à sua população uma vida decente.

Já se falou muito da "indiferença das elites" como causa da injustiça social brasileira.

A indiferença diante do sofrimento humano, seja este de que natureza for, é uma contribuição para a permanência do sofrimento alheio, quando não para sofrimento maior. E essa atitude não é nem pode ser chamada de indiferença. É violência.

Se a injustiça, seja em que questão for, é consciente ou vem a ser consciente, deixa de ser injustiça. É violência.

A grande violência está na índole brasileira, está nas mentes, está na alma. O apoio das "elites" a políticas de governo com graves implicações antisociais,



quase sempre com efeitos a curto prazo, pontua a história administrativa e econômica do Brasil desde que aqui se esboça mais uma colônia portuguesa.

Proclamada (mas não feita) a independência, a deformação moral continuou a projetar-se nos governos. Não se tratou de construir uma nação, mas de dar riqueza e boas condições de vida a uma parte dos habitantes do território, ainda que pela escravidão mantida quando todos os outros ocidentais haviam abandonado o escravagismo.

O que se vê no Brasil do nosso tempo é apenas a continuação do Brasil anterior. É o Brasil de sempre. Mas não existe e-

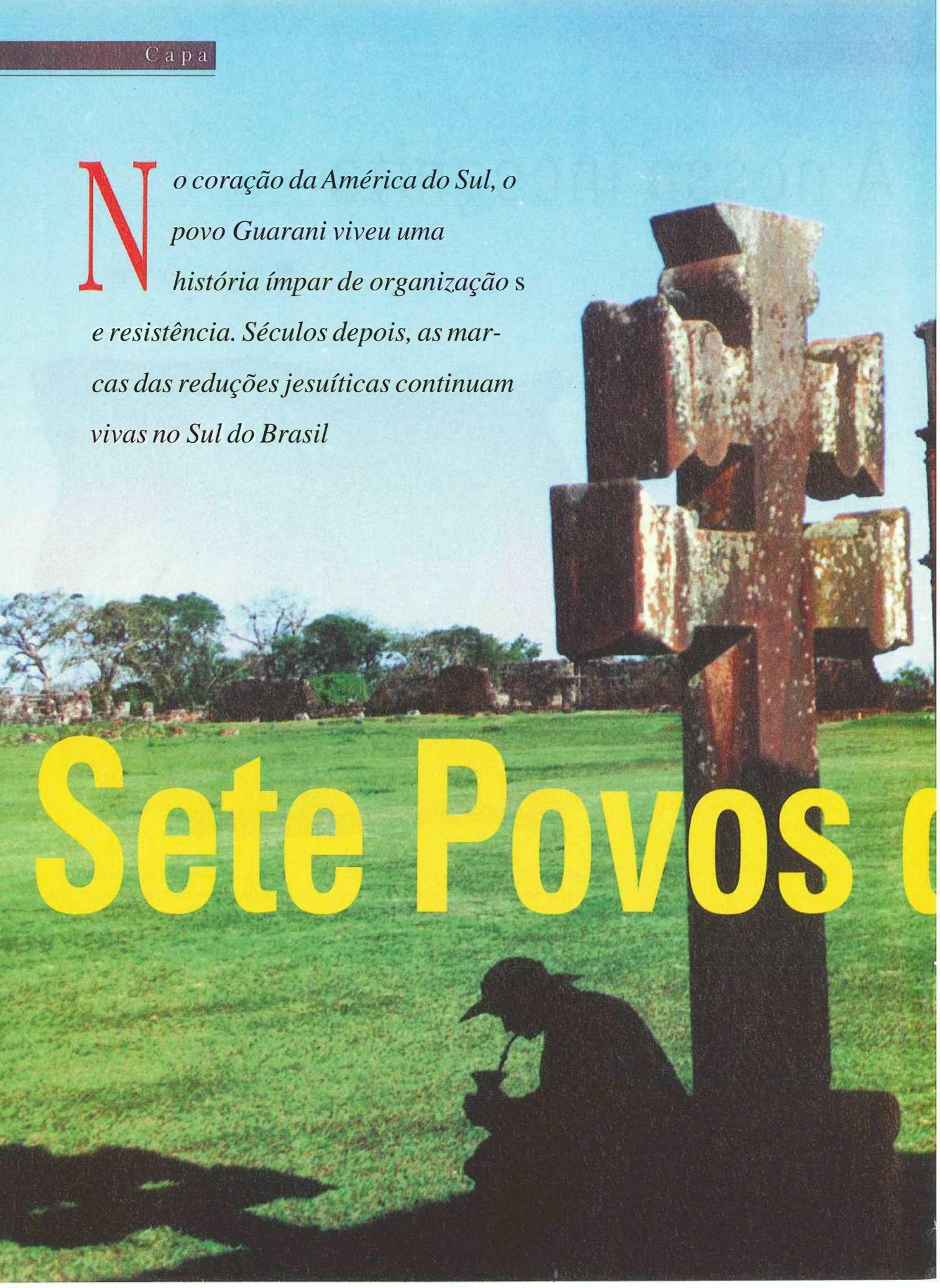
xemplo histórico de país que tenha alcançado o desenvolvimento, a ponto de estar pelo menos na periferia do primeiro mundo, sem antes haver domado a ferocidade da sua "elite" social e econômica. Alguns o fizeram pela força física, de que a França e sua Revolução deixaram o exemplo mais notório, outros o fizeram pelo estado com força moral ou, como me parece mais verdadeiro, pela força da inteligência.

O Brasil é só uma incógnita.

Jânio de Freitas,  
jornalista»

**N**o coração da América do Sul, o povo Guarani viveu uma história ímpar de organizações e resistência. Séculos depois, as marcas das reduções jesuíticas continuam vivas no Sul do Brasil

# Sete Povos





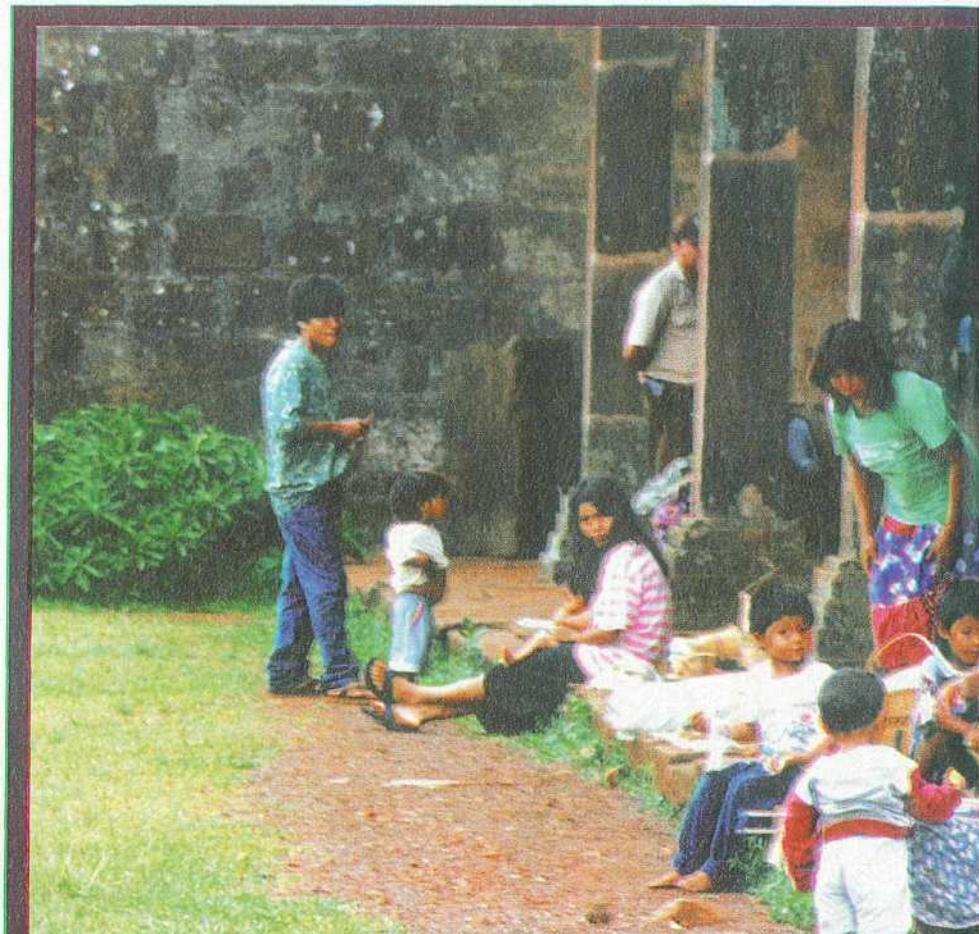
# as Missões

■ *Antônio José dos Reis*

**N**as selvas brasileiras dos séculos XVII e XVIII, quando parte da América ainda não havia conquistado sua independência política, os tempos eram outros. Moviam-se de acordo com a visão de povos como os Guarani, que escolhiam as várzeas dos grandes rios para tocar suas vidas. O Brasil foi palco de um dos mais pungentes dramas épicos da história sul-americana, entre 1682 e 1750, período em que índios Guarani e padres jesuítas espanhóis protagonizaram a saga conhecida como Sete Povos das Missões. Das ruínas e dos escombros dessa experiência missioneira, nasceu anos depois o atual Rio Grande do Sul.

Simbolicamente, a história dos Guarani que participaram do projeto das missões é a história do próprio Brasil. Está recheada de lutas, conflitos e guerras. As massas indígenas lutaram contra massacres físicos e culturais de nações inteiras e contra a opressão imposta pelos colonizadores europeus (portugueses e espanhóis). No caso dos Guarani missioneiros, o símbolo humano dessa resistência responde pelo nome de Sepé Tiaraju. Ele nasceu, viveu, combateu e morreu no território dos Sete Povos das Missões, na época pré-aforiana.

De certa forma, a experiência dos Sete Povos das Missões envolveu, além dos índios aldeados e dos padres jesuítas, uma penca de aventureiros, encomendeiros, bandeirantes paulistas e até os exércitos de Espanha e Portugal. Trata-se de uma experiência nascida do encontro de duas culturas distintas: a guarani, filha adotiva da natu-



*A região missioneira, ainda hoje, é habitada pelo povo Guarani. Os descendentes dos habitantes das missões*

reza, e a européia/jesuítica, beneficiada pelas descobertas do Renascimento (movimento que marca a Europa de 1330 a 1530 e que consiste numa explosão de criações artísticas, literárias e científicas inspiradas na antiguidade clássica greco-romana), que construiu sua identidade den-

tro e fora do regime colonialista.

Historiadores apontam que as missões religiosas hispano-americanas nasceram no século XVI, o século dos conquistadores e de Bartolomeu de Las Casas (padre jesuíta que defendeu os índios contra o massacre perpetrado por colonizadores espa-





inda resistem ao aculturamento

nhóis). Foi na esteira desse processo que surgiram, no século XVII, as missões jesuítas na região do Prata. O século XVII é considerado o século dos missionários. A Província Jesuítica do Paraguai, da qual se originaram anos mais tarde os Sete Povos das Missões, foi estabelecida a partir de

1607. As missões se inserem no contexto do projeto colonial como uma das formas de domínio de territórios e nações nativas. Envolveram diferentes ordens religiosas, com destaque para a Companhia de Jesus (fundada pelo padre Ignacio de Loyola durante a época da Contra-Reforma). E consistiram em reduzir índios à fé cristã em todo o continente americano. Daí o nome reduções, cujo objetivo era congregar nações indígenas em povoados, como processo "necessário" para sua pseudocivilização.

"Esses povos não pertenciam ao Brasil até o Tratado de Madri, em 1750, ocasião em que a Espanha cedeu a região dos Sete Povos das Missões a Portugal, em troca da Colônia de Sacramento. Pertenciam, isto sim, a Assunção (Paraguai)", diz o padre e historiador José Oscar Beozzo. Segundo ele, as missões são fenômenos que se originaram na Califórnia (EUA) e que, com o decorrer do tempo, ganharam grande autonomia. Não foram os jesuítas os precursores da experiência missionária, mas os franciscanos. Padre Beozzo afirma que as primeiras reduções na América são aldeamentos franciscanos. Tese de semelhante teor é defendida por José Roberto de Oliveira, diretor de desenvolvimento do turismo da Secretaria de Turismo do estado do Rio Grande do Sul. "Quando se fala em missão jesuítica, está se falando em um mundo que não era Brasil, não era Argentina, não era Paraguai, não era Uruguai. Era a grande Província Jesuítica do Paraguai, que estava exatamente no meio da América e abrangia territórios desses quatro países".

## Experiência dos Sete Povos segue lógica do mercantilismo

Durante séculos os índios, negros, camponeses, operários e mulheres foram privados de sua memória histórica e desenraizados do chão de suas tradições. Desde que as caravelas de Pedro Álvares Cabral invadiram o território de Porto Seguro, no sul da Bahia, em 22 de abril de 1500, muitos foram os personagens e revoltas populares que marcaram a história deste país.

O movimento dos Sete Povos das Missões, ocorrido em território gaúcho, deve ser entendido dentro da lógica do projeto mercantilista. O historiador Benedito Prezida não classifica essa experiência na categoria de luta popular, mas sim na de conquista territorial. "Se os índios Guarani que estavam naquela região tivessem se rebelado contra o poder português, aí sim Sete Povos das Missões poderiam ser caracterizado como rebelião popular. Tratou-se mais de um processo de guerra, em que um território estava sendo invadido por outro".

No entanto, a história do Brasil está cheia de exemplos de revoltas populares. A maior delas foi a Cabanagem, no Pará, no século XIX. Ficou conhecida como a revolta dos que não tinham contra os que tinham, envolvendo índios, mestiços, negros e brancos pobres. Foi a única revolução popular do período que chegou a ocupar, ainda que por pouco tempo, o governo efetivo da província do Pará.

Revoltas como a Balaiada (Maranhão), Farroupilha (Rio Grande do Sul), Sabinada (Pernambuco), Conjuração Baiana, Quilombo dos Palmares e a Revolta de Villa Rica (Minas Gerais) tiveram em comum a luta contra o modelo imposto pelo colonizador.

**Ajuda** A conquista do mundo indígena na Guaraní pelo império espanhol, que contou para isso com a ajuda tácita dos padres jesuítas, foi emblemática. Para melhor integrá-los ao novo sistema econômico, os colonizadores da Espanha respeitaram em princípio a organização básica dos Guaraní e utilizaram alguns de seus chefes como autoridades, numa tentativa - nem sempre com bom êxito - de melhor assegurar a dominação. A tática usada pelo sistema colonial espanhol consistia no seguinte: o respeito à liberdade natural dos indígenas era garantido, mas em contrapartida permitia-se o chamado ser-

viço pessoal. Esse sistema ficou conhecido como "encomiendas", introduzidas na América por Cristóvão Colombo. Significava simplesmente que os índios, além de trabalhar, eram obrigados a pagar tributos em espécie ao rei da Espanha, reforçar o exército colonial e submeter o espírito ao processo de evangelização.

O etno-historiador Benedito Preziosi, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Igreja Católica criado em 1972, acha que a experiência dos jesuítas na região dos Sete Povos das Missões representou, de certa forma, uma destruição cultural dos índios Guaraní. "Por mais bem intencionados que estivessem, os jesuítas queriam fazer uma república cristã. Chegou-se a falar em república comunista cristã, mas para isso não havia espaço dentro do modelo colonial e centralizador, pois estava mais para re-



pública comunitarista. Neste caso, os jesuítas tentaram fazer do povo Guarani uma outra coisa. Tanto que os índios que sobraram, naquela região, foram aqueles que não participaram da experiência das missões. Todos os Guarani das reduções foram integrados na sociedade regional, desemboçando depois na República do Paraguai".

De um ponto de vista histórico, sociológico e antropológico, a partir de 1607, a Província Jesuítica do Paraguai colonizou um imenso território onde, por quase 170 anos, desenvolveu-se um sistema cooperativo, relativamente livre da "encomienda". Tendo os Guarani como aldeados, os padres da Companhia de Jesus criaram 30 povoados em um território hoje dividido entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Como símbolo de morte e de vida, os Sete Povos das Missões têm sua origem documentada no ano de 1682. Resultam, de maneira mais direta, de um processo que começou em 1626, quando o padre Roque Gonzales atravessou o rio Uruguai para fundar a primeira povoação do Rio Grande do Sul. Resultado disso foi o surgimento de 18 povoações missioneiras que se espalharam por quase todo o território gaúcho. Essa primeira tentativa das missões jesuíticas malogrou, no entanto, diante da feroz penetração dos bandeirantes paulistas. Em decorrência dessa perseguição obstinada, os 18 povoados foram compulsoriamente transferidos para a outra banda do rio Uruguai.

O movimento começou em 1682, numa época em que o Rio Grande do Sul sequer existia.

Esse fato coincidiu com o retorno dos índios Guarani missioneiros para a margem oriental do rio Uruguai. A primeira das cidades dos Sete Povos das Missões foi São Francisco Borja. Depois vieram São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo, todas erguidas no ano de 1687. São Lourenço Mártir surgiu em 1690. O crescimento rápido das cidades missioneiras ocasionou a fundação de São João Batista, em 1697, por iniciativa do padre Antônio Sepp - tido como o gênio artístico e científico das missões jesuíticas. O título de caçula missioneira pertence a Santo Ângelo Custódio, criada em 1706.

Embora a perspectiva inicial das reduções jesuíticas tenha sido a integração do índio Guarani à marcha empreendida pelo

projeto colonizador espanhol, a experiência dos Sete Povos das Missões é a experiência de sete cidades e de uma só história de paixão pela terra. Uma experiência que ergueu sonhos em pedras, em sangue e em dor de todo um povo.

**Símbolo** A cruz de dois braços (cruz missioneira) e a catedral de frontão suntuoso, erguida na cidade de São Miguel Arcanjo, passaram para a história como os dois principais símbolos de um tempo de catequese e de civilização. Tempos que presenciaram o drama dos Guarani. Para Benedito Prezida, mais do que genocídio (destruição física), ocorreu na região dos Sete Povos das Missões uma espécie de

## Cultura do povo Guarani está viva em toda a América do Sul

Quase exterminados nos primeiros 500 anos de história do Brasil, os povos indígenas estão reagindo. A taxa de natalidade da população indígena está 10% maior do que a dos não-índios, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). Os índios Guarani, que protagonizaram a experiência conhecida como Sete Povos das Missões, no século XVII, são herdeiros de uma história de dor, confronto, massacre, escravização e aculturação violenta.

Sobre a situação atual dos índios Guarani, o diretor de desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Sul, José Roberto de Oliveira, dá o seu depoimento: "É um povo trabalhador e que não está morto. O povo Guarani continua vivo, tanto em pequenas tribos espalhadas por toda a América do Sul, quanto nas cidades e nas regiões de missões do Brasil. A cultura e o jeito de ser desse povo também continuam vivos. O churrasco gaúcho e o chimarrão se originam da cultura dos Guarani e que, no Rio Grande do Sul, estão muito vivos no meio urbano".

O etno-historiador Benedito Prezida

destaca a luta pela terra, com ênfase para a preservação do território, como consequência direta do paralelo entre os Sete Povos das Missões e a realidade atual dos índios Guarani. Ele lembra que o episódio de Sete Povos das Missões teve um grande trunfo: "as populações indígenas lutaram para preservar sua terra. Perderam-na, é verdade, mas deixaram a mensagem de que esta terra tem dono".

No contexto geral, incluindo as diversas nações indígenas que habitavam o país, estima-se que havia de cinco a seis milhões de índios no Brasil na época da chegada dos colonizadores europeus. Muitos morreram nas lavouras, em batalhas e em embarcações (alguns deles eram usados como remadores), além de terem sido vítimas de doenças trazidas pelos portugueses. O último dado populacional aponta a existência de 330 mil índios no território brasileiro, a maioria no Amazonas (89 mil).

Atualmente, como resultado desse processo, a política adotada pelos sucessivos governos brasileiros trata o índio como menor de idade.

# Sepé Tiaraju é o símbolo da luta de resistência dos índios

"Esta terra tem dono". Sepé Tiaraju, guerreiro guarani que lutou pela identidade de seu povo durante o período em que vigorou a experiência dos Sete Povos das Missões, tinha toda a razão quando pronunciou esta célebre frase. No século XVII, as verdes planícies da banda oriental do Uruguai, numa época em que o Rio Grande do Sul nem existia, abrangendo parte da Argentina, Brasil e Paraguai, eram habitadas por povos como os Guarani, quando o império espanhol decidiu invadir a região.

Como o mais ilustre chefe guerreiro guarani, Sepé Tiaraju pode ser considerado um símbolo da indianidade das 215 nações indígenas que ainda habitam o território brasileiro. Ele lutou pelo direito à terra, à cultura, à língua, aos costumes e à autodeterminação dos Guarani. Sepé Tiaraju conhecia, de perto, os parâmetros da dominação colonialista. Sua combatividade pode ser observada em algumas palavras que proferiu em uma carta a seus algozes: "Não queremos dar nossas terras... E não queremos andar e viver onde quereis que andemos e vivamos. Jamais pisamos vossas terras para matar-vos ou empobrecer-vos, como fazeis aos índios Guarani e o praticais agora".

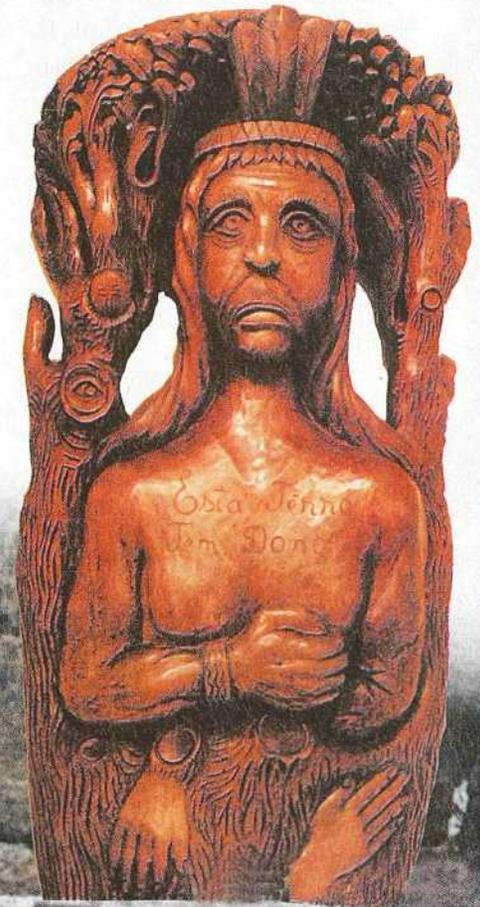
Sepé Tiaraju nasceu nas missões de São Miguel, estudou com os padres jesuítas e foi elevado a cacique. Comandou o "exército" dos Guarani contra Espanha e Portugal. Sua imagem está associada à imagem do homem da terra, dizendo não ao opressor. Foi assassinado em sete de fevereiro de 1756, na chacina de Caiboaté, perto de Bagé (RS). Tiaraju está enterrado às margens do rio gaúcho Vacacaí.

etnocídio (destruição cultural), visto que os Guarani perderam referenciais e foram integrados pela sociedade colonial. Ele comenta: 'A contribuição dos Sete Povos das Missões para a formação do Brasil foi mais no aspecto da resistência indígena. Resistência contra um modelo brasileiro e contra a barganha que Portugal fez com a Espanha'.

Para entender melhor o projeto de redução do índio Guarani, é necessário compreender o contexto da época e, conseqüentemente, seus principais idealizadores: os jesuítas. No início do século XVI, a Europa era sacudida por discussões religiosas acaloradas. O fato da Igreja comercializar em demasia relíquias e indulgências propiciava um clima de revoltas dentro da própria instituição, devido a muitos padres não concordarem com o que consideravam abuso de fé. Foi em meio a esse quiproquó que em 1534 surgiu a Companhia de Jesus, que tinha por alicerce a resignação de seus integrantes em prol de um ideal comunitário.

Como uma das mais influentes ordens religiosas da época, a Companhia de Jesus tornou-se braço direito do Vaticano no trabalho de cristianização dos índios na América. Do lado espanhol, os primeiros povoados reducionais foram fundados no início do século XVII, na região do Guairá (atual oeste do Paraná) e em Itaim (atual sul do Pantanal matogrossense). As reduções do Tape, onde hoje está assentado o território sul-rio-

grande, foram erigidas em torno de 1620. O contexto político em que foi esboçada as primeiras experiências missionárias com os Guarani reporta-se ao império colonial espanhol dirigido pelos reis da dinastia dos Habsburgo, século XVII. O declínio desse projeto ocorreu em pleno século XVIII, durante a administração dos monarcas da dinastia dos Bourbon. É época em que começava a predominar no mundo o primado da razão como critério da verdade e do progresso da vida humana. É época em que as idéias iluministas influenciavam alguns governos, que procuravam agir segundo a razão e o "interesse do povo", sem contudo abrir mão do poder absoluto - o que deu origem ao despotismo. Essa mudança conjuntural possibilitou, entre outras coisas, que as missões fossem combatidas e destruídas pela ação conjunta dos



Agnaido, Azevedo



quase sempre rivais reinados de Portugal e Espanha, numa tragédia que deixou nada mais do que ruínas e sofrimento.

Há quem afirme que a visão e a prática comunitária dos índios Guarani foram as marcas registradas das missões jesuíticas. Conceituados pesquisadores apontam, como no caso do padre paraguaio Bartolomeu Meliã, que as missões decretaram seu próprio fim ao se tornarem um projeto anticolonial dentro da colônia. Foram criadas 30 reduções em um raio de 490 mil quilômetros quadrados nos países da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, abrindo cerca de 150 mil pessoas.

No aspecto econômico e nas questões relativas ao universo cultural, as missões jesuíticas produziram legados notáveis. Os Guarani tornaram-se exímios artesãos e ceramistas. Praticavam uma agricultura de surpreendente rendimento e criavam gado. Eles difundiram a arte do couro, do bronze e da pedra. E desenvolveram profundos conhecimentos de urbanismo, arquitetura e tipografia, criando até um observatório astronômico. Naquela época, o talento dos Guarani para as artes rimava com o canto coral e com a fabricação de instrumentos musicais, como a harpa, os clarins, as flautas, o oboé, as trompas e o violino.

Admiráveis eram também os conhecimentos de geografia, zoologia e botânica difundidos pelas missões jesuíticas. Foi nas missões que surgiu o cultivo intenso da erva-mate, o costume gaúcho do chimarrão, a criação de gado, o cultivo de uvas para vinhos e a arte de fazer instrumentos de corte.

Em algumas das antigas povoações dos Sete Povos das Missões o vestígio missionário deu lugar ao asfalto, aos edifícios imponentes e a um relativo progresso material. Segundo consta assim aconteceu com Santo Ângelo, São Francisco de Borja e São Luiz Gonzaga. As cidades dos Sete Povos das Missões desapareceram em decorrência do Tratado de Madri, que estabeleceu novos limites entre as terras de Portugal e Espanha na América. Trocada a Colônia de Sacramento (enclave português em território espanhol) pelos Sete Povos das Missões, foi deflagrada a Guerra Guaranítica contra as coroas espanhola e lusa, porque os índios não aceitaram ter que abandonar suas terras. Depois desse confli-

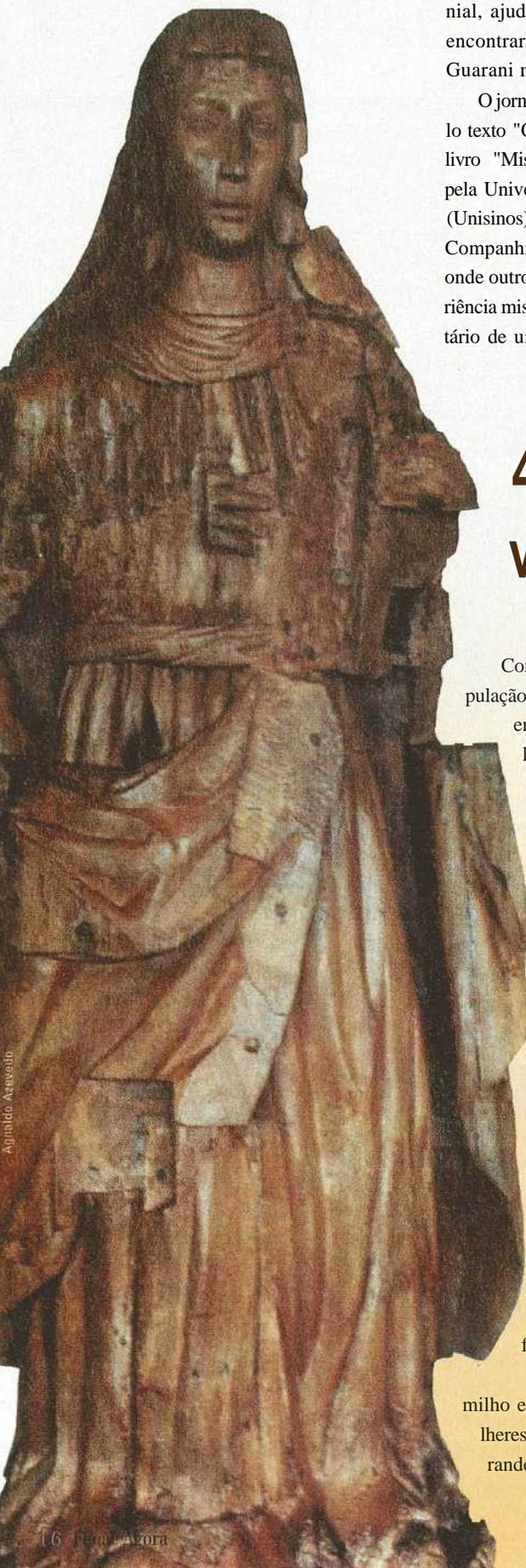
to, com milhares de mortos, especialmente de índios, Portugal e Espanha aplicaram o golpe definitivo contra as reduções, expulsando os jesuítas da região dos Sete Povos da Missões em 1768. Esse episódio

provocou o início da decadência das missões.

O pêndulo da experiência dos Sete Povos das Missões inclina-se hoje para seu lado histórico-cultural. O pesquisador Benedito Prezida acredita que os caminhos traçados pelos Sete Povos das Missões para a formação bra-

sileira são carregados de motivações simbólicas. Em síntese, de acordo com ele, essa experiência missionária mostrou a luta de um povo contra uma política colonial que não respeitava as culturas nativas. "Foi uma

Foram criadas 30  
reduções, com  
população total de  
150 mil pessoas



luta de resistência para preservar a identidade étnica. Os jesuítas tiveram um papel importante nesse processo porque, diante dos estragos produzidos pelo projeto colonial, ajudaram os Guarani das reduções a encontrar uma outra identidade: a de Guarani missioneiro".

O jornalista Renato Dalto, responsável pelo texto "O mundo missionário" contido no livro "Missões Jesuítico-Guarani", editado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul, vinculada à Companhia de Jesus, garante que no território onde outrora difundiu-se uma pioneira experiência missionária o que se vê não é o inventário de uma derrota, mas sim a resistência

sem alarde de valores que não se esvaem. Assim ele define a atual situação dos índios e de seu habitat: "Os Guarani voltaram à natureza. São indigentes aos olhos do homem branco, mas ainda preservam costumes... Ao cruzar por este continente ao sul, avistam-se homens a cavalo. A erva-mate floresce. As cidades cresceram a partir dos artesãos da metalurgia e da madeira, o gado ficou solto depois da expulsão dos jesuítas até que chegaram novos estancieiros. Criou-se um modelo arraigado à terra, uma cultura da cordialidade em que o chimarrão é o símbolo e o fogo, um convite à fraternidade. Tudo isso veio das missões, para cravar raízes além do tempo. Para trançar um laço com a eternidade".

## 41 mil índios Guarani vivem em sete estados

Composta de 330 mil pessoas, a população indígena no Brasil está distribuída em 215 etnias e se comunica em 180 línguas diferentes. Um dos maiores grupos é formado pelos Guarani, cuja população soma 41 mil índios. Atualmente, os Guarani estão espalhados por aldeias localizadas em sete estados: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Recaiu sobre os Guarani, povos essencialmente agricultores e semi-sedentários, a conquista civil e espiritual que o Vice-Reinado espanhol do Peru empreendeu em fins do século XVI, a partir do Paraguai, no rumo do oceano Atlântico. Daí para a experiência dos Sete Povos das Missões foi um pulo.

Entre os Guarani, o cultivo do milho e da mandioca é feito pelas mulheres. Nessa cultura, a figura do curandeiro se destaca. A espiritualidade,

aliás, está no centro do universo guarani. A mística desse povo secularmente vem procurando, num êxodo comovente, o mito da "terra-sem-males": a pátria libertada onde leite e mel jorram em abundância. Eles crêem na noção de alma plural, com múltiplas características.

Vigora nas tribos dos índios Guarani o paradigma da simplicidade. Caso típico da cerimônia matrimonial. Para que o casamento aconteça, por exemplo, a mulher expressa sua concordância por meio de um "porongo" com que assume a obrigação de ir buscar a água do rio para seu futuro marido. No caso do homem, a obrigação é de trazer da mata a lenha necessária para a comida na panela doméstica. Se mais tarde houver insucesso na união, a mulher pega o "porongo" de volta e ao marido, por sua vez, cessa a obrigatoriedade de buscar lenha na floresta.

Os Guarani descendem de um mesmo tronco lingüístico e migraram da Amazônia para o sul do continente americano. Eles estão divididos em três subgrupos: Nandéva, Mbüá e Kayová. Cada subgrupo mantém, muitas vezes, idéias diferenciadas a respeito do universo.

# Região aposta no turismo histórico

*Países do Mercosul tentam conciliar interesse regional para alavancar a visita* ção

**D**evagar, mas de maneira persistente, um dos maiores pólos históricos e culturais do país começa a descobrir uma vocação inusitada: o turismo. As cidades localizadas na região dos Sete Povos das Missões (Santo Ângelo, São Francisco de Borja, São João Batista, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel Arcanjo e São Nicolau), no Rio Grande do Sul, também querem tirar sua lasquinha do segmento que movimentava US\$ 13,2 bilhões por ano no Brasil.

O turismo na região das missões vem sendo incentivado pelo bloco continental do Mercosul (Mercado Comum do Sul), desde 1994. Para isso foi criado o Circuito Internacional das Missões Jesuíticas (um produto com a marca Mercosul), cuja meta é definir melhor as regras e integrar interesses entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esse circuito internacional foi lançado oficialmente em 1998, na cidade de Londres, durante a maior feira de turismo do mundo.

Iniciativas como essa visam mostrar, por exemplo, que na parte sul do território brasileiro não existem apenas praias, cidades serranas e belezas naturais. Catedrais de pedras, ruínas de residências, bibliotecas, museus, sinos em bronze, imagens históricas e lendas fazem dos Sete Povos das Missões um "país" diferente, marginalizado pelos

roteiros turísticos tradicionais e pouco conhecido em quase todo o Brasil.

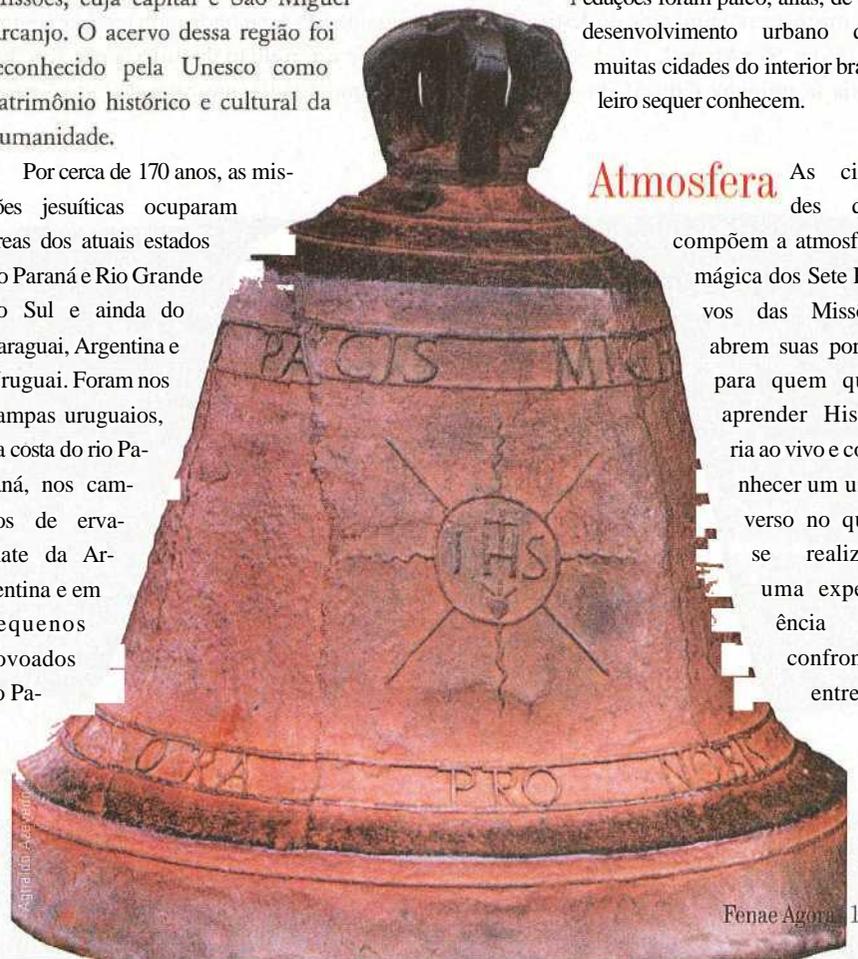
Tudo começou entre os séculos XVII e XVIII. Os rios Paraná e Uruguai contornam o cenário onde, no coração do Cone Sul, índios Guarani e padres jesuítas protagonizaram a experiência dos Sete Povos das Missões, cuja capital é São Miguel Arcanjo. O acervo dessa região foi reconhecido pela Unesco como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Por cerca de 170 anos, as missões jesuíticas ocuparam áreas dos atuais estados do Paraná e Rio Grande do Sul e ainda do Paraguai, Argentina e Uruguai. Foram nos pampas uruguaios, na costa do rio Paraná, nos campos de ervamate da Argentina e em pequenos povoados do Pa-

raguai que foram edificadas dezenas de reduções católicas jesuíticas, formadas por igrejas, hospitais, asilos, escolas, casas, lavouras, oficinas e até pequenas indústrias. Ali fabricavam-se instrumentos musicais e imprimiam-se livros, num cenário que possuía ainda observatório astronômico e até boletim meteorológico. As

reduções foram palco, aliás, de um desenvolvimento urbano que muitas cidades do interior brasileiro sequer conhecem.

**Atmosfera** As cidades que compõem a atmosfera mágica dos Sete Povos das Missões abrem suas portas para quem quer aprender História ao vivo e conhecer um universo no qual se realizou uma experiência de confronto entre o



mundo europeu e o mundo indígena. A combinação de prédios históricos e lendas, o frio, o churrasco e o chimarrão são elementos intrínsecos à cultura das missões. Também se inserem nesse item a hospitalidade e o magnetismo místico.

Segundo José Roberto de Oliveira, diretor de desenvolvimento do turismo da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, as atrações ofertadas pela região não se resumem à arquitetura e outros monumentos culturais. Ele opina que, por todos os caminhos e recantos, os Sete Povos das Missões respiram turismo místico. Tanto que, de uns tempos para cá, conforme José Roberto, cidades como São Miguel Arcanjo têm sido fartamente visitadas por esotéricos de outras localidades brasileiras, da França e de diversos lugares do mundo.

Considerada a mais importante cidade dos Sete Povos das Missões, São Miguel Arcanjo surgiu em 1687. Ali se encontram as ruínas de uma antiga catedral de frontão imponente, símbolo dos povos missioneiros. É neste palco que, a cada noite, o espetáculo "Som e Luz" relembra o apogeu das missões e seu itinerário de destruição.

Afora São Miguel, cidades como São Borja (a primeira redução dos Sete Povos

das Missões), Santo Ângelo e São Luís Gonzaga são portadoras de um patrimônio natural, cultural, arqueológico, arquitetônico e histórico de uma beleza ímpar. Em Santo Ângelo, fundada em 1706, além de igrejas e museus, se concentra o Centro de Cultura Missioneiro. Santo Ângelo, aliás, serviu de rota de passagem para as tropas da Coluna Prestes, mesclando o passado com o presente. O ex-presidente Getúlio Vargas (1883-1954) nasceu em São Borja. Já a mais cultural das cidades dos Sete Povos das Missões foi São João Batista, onde floresceu toda uma estrutura profissionalizada de produção e fundição do ferro. São Nicolau tem a seu favor o fato de ter sido o primeiro local urbanizado do Rio Grande do Sul.

**Potencial** O diretor de desenvolvimento do turismo da Secretaria de Turismo do estado do Rio Grande do Sul observa que o potencial turístico dos Sete Povos das Missões cresce a cada ano. Para José Roberto, a região (incluindo tanto a parte brasileira quanto pedaços dos territórios argentino e paraguaio) está preparada para receber em torno de um milhão de turistas por ano. Ele diz que, atualmente, cerca de 150 mil turis-

tas por ano visitam as cidades dos Sete Povos das Missões. Igual número de visitantes vai para a parte guarani do Paraguai, sendo que a Argentina recebe a maior fatia desse bolo: 250 mil "estrangeiros".

Assim opina José Roberto, que já exerceu o cargo de secretário de Turismo do município gaúcho de Santo Ângelo: "Com o Circuito Internacional das Missões Jesuíticas, desejamos que o turista que venha para a parte brasileira, passe também por solos argentino e paraguaio. Os de lá que venham para cá. Para isso estão sendo feitos investimentos em hotéis, pousadas, restaurantes e melhorias de aeroportos e estradas. Recursos também estão sendo aplicados em levantamentos arqueológicos da região, museus e tantas outras coisas. Nosso objetivo é tornar as missões atividades catalisadoras do Mercosul".

No contato com as raízes de antepassados europeus e indígenas, o visitante depara-se com o que o Brasil tem de mais inusitado em termos históricos e culturais. Ele deve, inclusive, ir preparado para fazer diferentes caminhadas. Para percorrer toda a região dos Sete Povos das Missões, anda-se pelo menos 150 quilômetros. Mas os Sete Povos das Missões significam mais do que monumentos históricos e resquícios culturais. Trata-se de um bela oportunidade de viajar, curtir o passeio e aproveitar a beleza e o colorido da vida. •

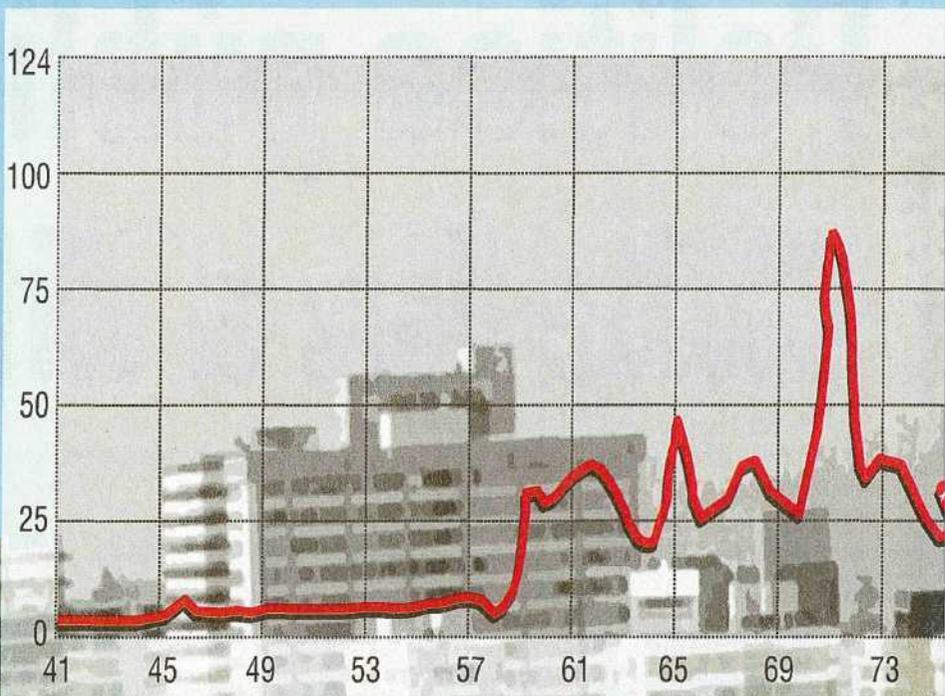
Parte brasileira das  
missões recebe  
cerca de 150 mil  
turistas por ano



# Política pública no Chile faz a diferença



## Volume de Edificações Residenciais (mil unidades) Chile, 1941-1994



Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas

O Brasil chega à virada do milênio com um déficit de moradias em torno de cinco milhões de unidades. Além disso, pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP), em 1992, já demonstrava que praticamente um terço das famílias brasileiras vivem em residências inadequadas.

Os dados oficiais, utilizados pela Fundação João Pinheiro no trabalho "O déficit habitacional no Brasil", também indicam uma situação semelhante: cerca de 13 milhões de famílias estão sem moradia ou moram inadequadamente.

Enquanto por aqui a tendência é de que o déficit habitacional mantenha sua curva ascendente pelos próximos anos, dada a ausência de políticas públicas adequadas, no Chile, país cujo modelo de financiamento habitacional guarda, historicamente, identidade com o adotado no Brasil nos últimos 34 anos, vem apresentando grande progresso na superação gradual da carência de moradia.

O que faz a diferença é o esforço político do Chile na implementação de mudanças de fundo no setor habitacional a partir dos anos 80. O professor em pós-graduação em economia da PUC-SP Fernando Garcia, assessor econômico do Sindicato da Construção Civil de São Paulo (SindusCon-SP), realizou em 1996 um estudo no qual destaca uma série de reformas institucionais no mercado de capitais e no sistema de financiamento da habitação chilenos, que "possibilitaram dobrar, em apenas oito anos, o volume de construções habitacionais" naquele país. Em 1987, eram construídas cerca de 60 mil unidades por ano, volume que passou para 125 mil em 1995.

O professor Garcia lembra em seu trabalho que, segundo as estimativas do Ciedess (Corporación de Investigación, Estudio y Desarrollo de la Seguridad Social da Camara Chilena de la Construcción), para congelar

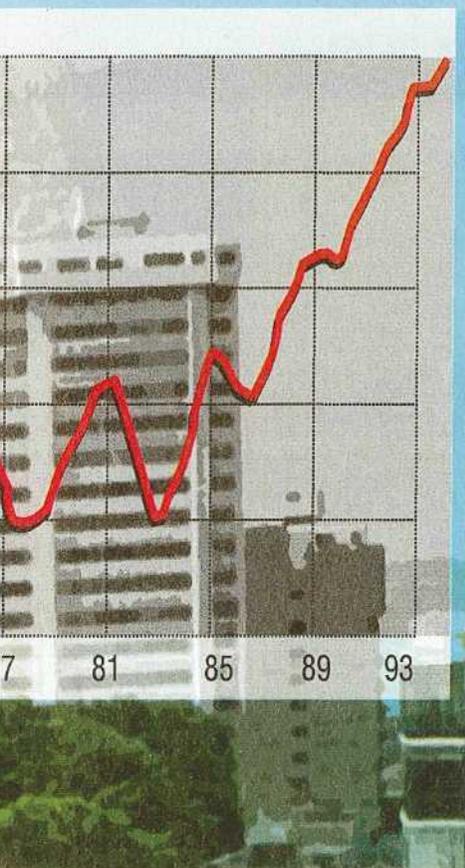
o déficit habitacional chileno seria necessário construir cerca de 90 mil unidades por ano, cifra superada desde 1992. O sucesso alcançado é creditado a uma "profunda modernização das instituições de fomento da construção residencial e à rearticulação entre o mercado de capitais e o mercado imobiliário".

Deu-se também a reforma do sistema financeiro, o que possibilitou a ampliação significativa da poupança nacional e do investimento na economia chilena. As mais importantes inovações apontadas pelo professor Fernando Garcia como fator de recuperação dos

investimentos habitacionais e da retomada do crescimento da economia chilena foram a criação dos fundos de pensão por capitalização, do sistema hipotecário securitizado e do sistema de poupança vinculada à aquisição da casa própria.

**Colapso** O modelo de política habitacional adotado pelo Chile no final da década de 50, tendo por base o Sistema de Ahorro e Préstamo (SAP), entrou em colapso entre os anos de 1976 e 1978. O SAP tem grande identidade

1995



com o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), que sustenta o nosso Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Segundo Fernando Garcia, contribuíram para o colapso do SAP os problemas de fluxo no sistema (a captação de recursos diminuiu em função da recessão e da perda de poder aquisitivo da população) e o descompasso entre prazos de aplicação e de captação. "O problema fundamental foi o financiamento de operações de longo prazo com recursos captados a curto prazo".

# Subsídio é geral e progressivo

No Chile, o subsídio governamental explícito é concedido através de programas regidos por dois princípios básicos - a equidade e a progressividade. O primeiro garante o acesso universal ao sistema, ao passo que o outro determina subsídios relativamente maiores aos cidadãos de menor renda.

Há ainda um terceiro princípio a orientar a concessão dos subsídios governamentais: a família que postula o subsídio deve empreender um esforço prévio de poupança por um período que varia entre 12 e 60 meses.

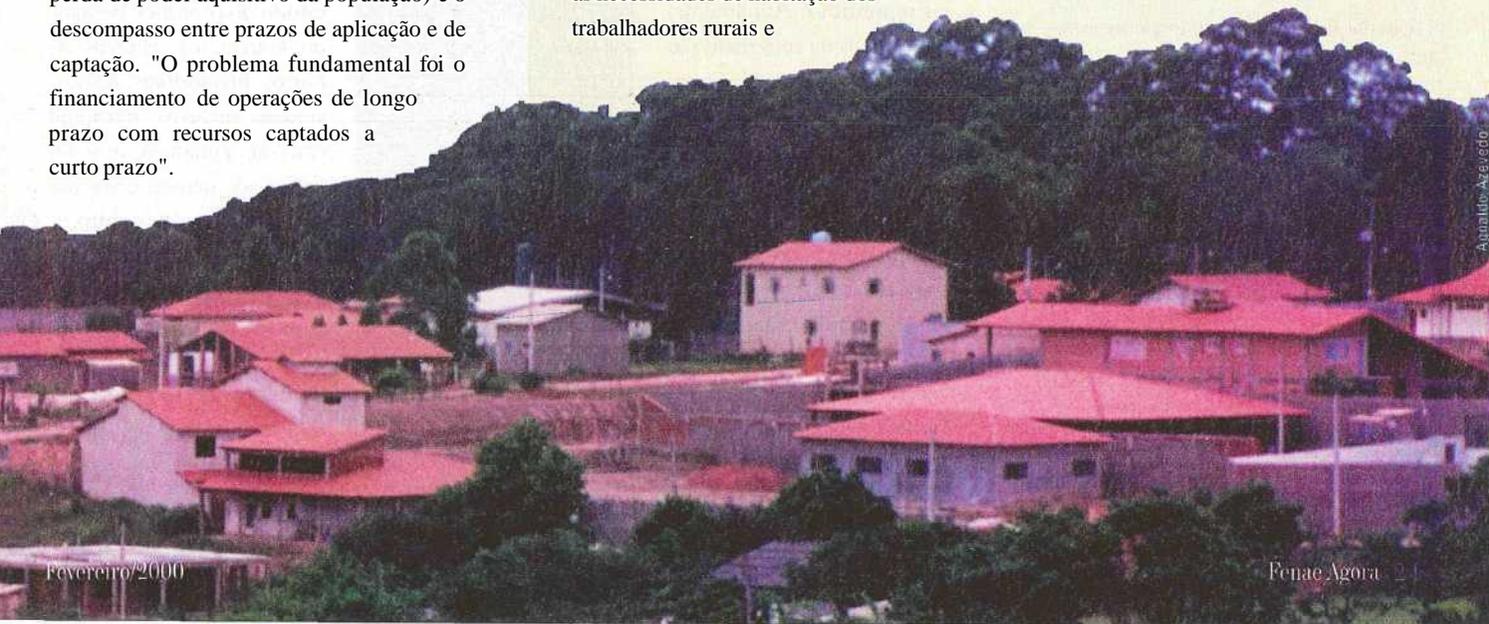
São cinco os programas de subsídio habitacional no Chile: Habitação Progressiva, Habitação Básica, Subsídio Rural, Programa Especial para Trabalhadores e Sistema Unificado. Os dois primeiros são destinados à população carente, os 20% mais pobres do país. A diferença entre eles é que no Habitação Progressiva o subsídio destina-se à construção por etapas da habitação - a construção é dividida em duas etapas, sendo que para cada uma delas é destinado um subsídio.

Os programas Subsídio Rural e Especial para Trabalhadores visam satisfazer as necessidades de habitação dos trabalhadores rurais e

dos trabalhadores ligados a setores organizados. No caso dos trabalhadores rurais, o subsídio máximo é menor que nos demais programas, mas em contrapartida não se exige poupança prévia dos postulantes - o próprio terreno dos pequenos agricultores é utilizado como salvaguarda dos empréstimos.

O Sistema Unificado é responsável por 31% dos recursos destinados à habitação. Esse programa é subdividido em três faixas de valor do imóvel, que caracterizam a progressividade do sistema de subsídios. Quanto maior o valor do imóvel, menor o percentual subsidiado pelo Estado. O valor dos subsídios em cada faixa também é variável em função do valor e do prazo de poupança prévia - quanto maiores o valor e o prazo da poupança, maior o valor do subsídio concedido.

O subsídio estatal, além de fomentar a demanda por habitações, está contribuindo para elevar a poupança nacional. De acordo com o estudo do professor Fernando Garcia, o número de poupadores, que era de 60 mil em 1985, passou para mais de um milhão em 1995.



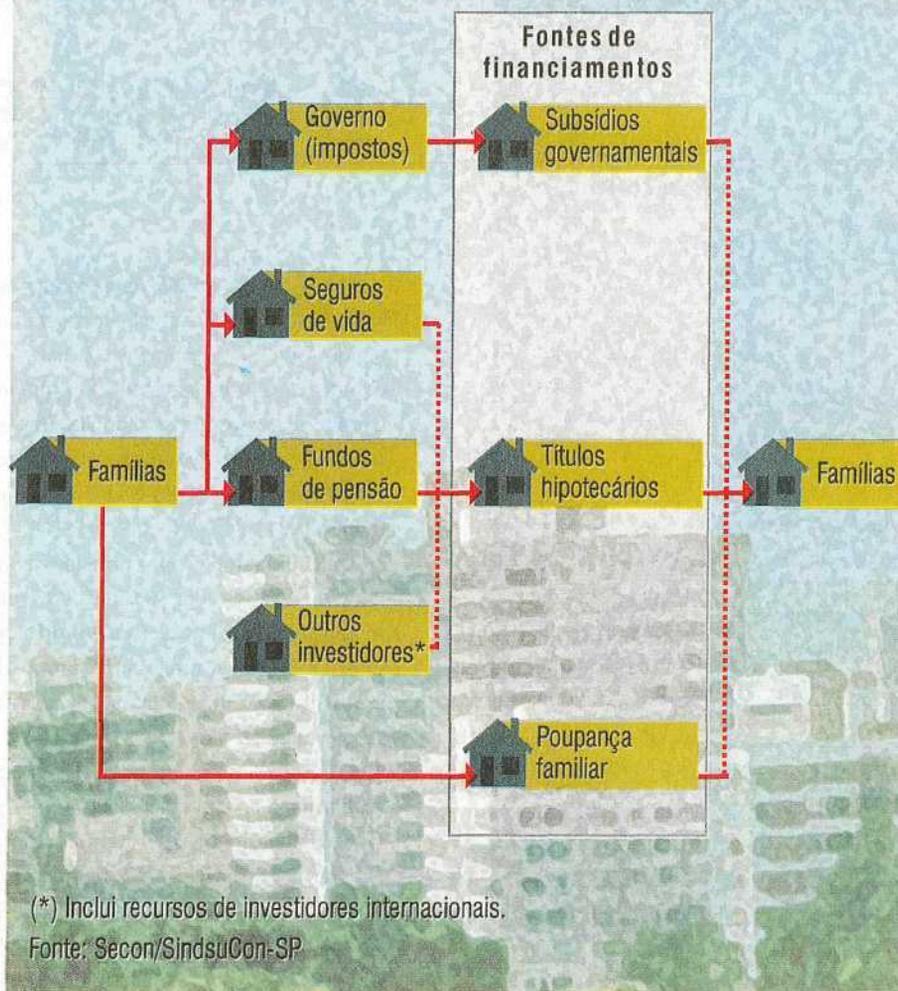
# Crise no Brasil demanda ações efetivas do poder público

A situação habitacional no Brasil evidencia a necessidade de uma atuação mais efetiva do poder público e da sociedade pela parcela mais carente da população. Este é um diagnóstico gerado no próprio governo, através do GT-Habituação, grupo de trabalho criado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano, com participação de representantes do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Caixa e Banco Central.

Mas o GT-Habituação, de certa forma, ameniza a culpa do poder público pela falta de resposta para o problema habitacional ao dar ênfase à carência de recursos. Diz, por exemplo, que os atuais modelos de financiamentos e as fontes de recursos principais direcionados ao setor habitacional "encontram-se, em larga escala, esgotados ou mesmo superados" e que os recursos que compuseram a base de sustentação do SFH nos últimos 34 anos - do FGTS, cadernetas de poupança, orçamento e retorno das aplicações - "não respondem mais à demanda por moradias, principalmente para a baixa renda".

Há que se destacar como problema de fundo a indiscutível má gestão e aplicação daquilo que se tem disponível, cabendo aí a responsabilização do governo federal pelo problema. Os recursos oriundos do Orçamento Geral da União foram sempre parcos e a cada ano - por decisão governamental - tornam-se mais insignificantes. Os recursos disponíveis do FGTS, na totalidade, não têm sido aplicados em habitação e os bancos privados se recusam a cumprir a determinação constitucional de aplicar 70% da captação em poupança em financiamentos de moradias, contando para isso com a complacência dos governantes.

## Fontes do financiamento habitacional



O novo modelo de financiamento habitacional do Chile deixou de se limitar à captação de poupança das famílias, como era o modelo anterior e, em boa medida, ainda é o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos. Atualmente, os recursos da sociedade são transferidos para três agentes básicos que atuam no financiamento: o governo e suas agências, os fundos de aposentadoria e pensões e as companhias de seguro de vida. No primeiro caso, a transferência se dá via impostos, que serão alocados entre uma série de serviços públicos e mecanismos de transferência de renda, um dos quais é o subsídio à habitação popular. Nos outros casos, as famílias adquirem dos fundos de pensão e das companhias seguradoras planos de seguro de vi-

da e de aposentadoria e pensão. Como os desembolsos das companhias ocorrerão apenas no futuro, elas dispõem de recursos para empréstimos de longo prazo.

Ainda de acordo com o estudo do professor Fernando Garcia, os recursos de outros investidores institucionais, inclusive o capital externo, somam-se aos dos fundos de pensão e aos das companhias de seguro e compõem a parcela do fundo para habitação chamada de "títulos hipotecários". Além desse fundo e do subsídio governamental, o financiamento das habitações é completado pelo esforço de poupança das famílias, prévio ou posterior. O esforço prévio dá-se na forma de poupança vinculada à aquisição de imóveis.

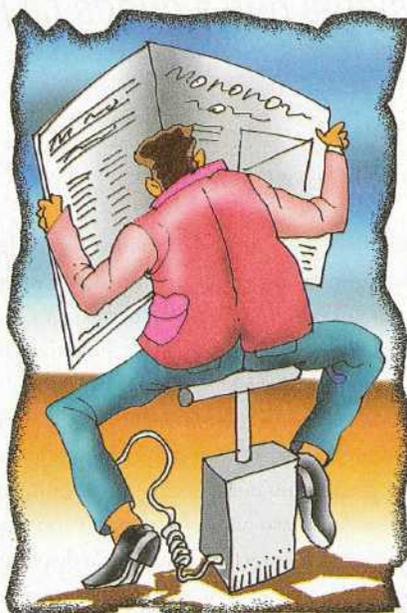
Novo modelo  
chileno não se  
limita apenas  
à poupança

# Banespa, o estopim

■ Aloysio Biondi

**P**or essa, ninguém esperava. De repente, em um grande jornal paulista, em uma edição de domingo, surge um artigo arrasador contra as privatizações, o governo FHC, as elites brasileiras, a onda neoliberal. Arrasador, com afirmações tipo ser mentira "que os países ricos estejam dispostos a ver suas empresas e seus bancos serem desnacionalizados de forma vexatória (sic,sic,sic) como aconteceu com o Brasil" e, ainda, em fúria incontida, "decididamente, enlouquecemos" (sic,sic,sic). Nome do autor'? O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. O homem das "reformas". O motivo para a "virada"? A privatização do Banespa. Ou melhor, as providências tomadas por Armínio Banequeiros Internacionais Fraga para facilitar a compra por bancos estrangeiros. Aí, claramente, o governo FHC cometeu um erro de cálculo. Ao longo de cinco anos, ele abusou de aberrações no processo de privatização sem provocar reações de peso na opinião pública - mesmo porque ela tem estado anestesiada pelas mentiras dos deformadores de opinião.

Embalados pelos sucessos, FHC/Fraga/ Covas/Malan e Clinton/Camdessus/Países Ricos se esqueceram que estavam lidando, no Banespa, com um segmento mais habituado a ser cortejado, isto é, os banqueiros brasileiros, a quem, decididamente, não é agradável a idéia de grandes bancos nas mãos de concorrentes estrangeiros. Mesmo que a eclosão de Bresser Pereira tenha sido provocada pela "desnacionalização" do Banespa, e não contra sua de-



sestatização, o obus disparado pelo ex-ministro abrange todo o modelo econômico de FHC. E, certamente, como sempre acontece no jogo político, é óbvio que Bresser atuou como porta-voz de grupos que já se movimentam, nos bastidores, para exigir mudanças. Nesse quadro, é evidente que a política de privatizações de FHC está em xeque, como nunca havia acontecido nos anos recentes. O Banespa pode servir como o estopim para detonar reações que levem ao reestudo de todo o processo.

## Poder de fogo

Uma sucessão de incidentes já havia provocado abalos na capacidade de manipulação do governo. O empréstimo do BNDES a um grupo norte-americano para a compra de uma energética paulista ganhou manchetes - certamente,

graças ao prestígio do grupo brasileiro (falsamente) perdedor. Os lucros com o crédito fiscal (redução do IR) na compra de bancos estatais, igualmente. Esses escândalos poderiam ter-se esgotado com o tempo, como sempre acontece, não fosse o acúmulo de fatos que refletem mudanças em setores que vinham apoiando incondicionalmente o governo FHC. No Congresso, houve as revelações da CPI do Narcotráfico e as conclusões, incriminadoras, da CPI dos bancos. Nas Forças Armadas, a desnacionalização da Embraer provocou uma crise inédita. Fatos como esses, somados, provocaram alterações na opinião pública, a ponto de, ainda em novembro, a base política governista, PSDB inclusive, ter começado a questionar as diretrizes das privatizações. Além de Bresser, outro aliado inesperado entrou em cena em janeiro, aumentando o desconforto do governo: as chuvas torrenciais desnudaram as deficiências na manutenção das rodovias privatizadas, no exato momento em que os pedágios sofriam novos aumentos.

É essencial que a opinião pública tome conhecimento das mazelas da privatização. Mas, sem nenhum cinismo, mudanças significativas de rumos na política econômica só surgem quando os aliados tradicionais do governo batem em retirada. Ou trocam de trincheira, como Bresser e seus representados fizeram.

Aloysio Biondi,  
jornalista»

# A força da opin

*Professor Ivo Lesbaupin considera que a queda na popularidade do presidente Ferri*

A mudança da opinião pública em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso teve grande importância para impedir que o governo mantivesse, em 1999, o programa de privatizações. Para o professor carioca Ivo Lesbaupin, organizador do livro "O desmonte da nação - um balanço do governo FHC", a intenção governamental é acelerar a venda de empresas públicas, mesmo com a popularidade em queda e com a proximidade das eleições municipais.

Sociólogo, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lesbaupin concedeu, por

telefone, a seguinte entrevista:

**FENAE AGORA** - O governo pretende, até o final do ano, traçar um diagnóstico sobre os bancos públicos federais. Em sua opinião, eles são passíveis de privatização ou enxugamento?

**Ivo Lesbaupin** - A intenção do governo realmente é privatizar o que ainda resta do patrimônio público. Na minha opinião,

isso não aconteceu no ano passado devido à queda de popularidade do presidente Fernando Henrique. Até ano passado, 76% das empresas estatais já haviam sido privatizadas.

Por isso, a mudança da sociedade no último ano em relação ao governo foi impor-

tante para segurar essa privatização selvagem que vinha ocorrendo. Nosso modelo de privatização é muito pior do que qualquer outro que já foi utilizado. Na Inglaterra, por exemplo, as ações foram pulverizadas, para evitar distorções que estão acontecendo aqui.

**FA** - Nos últimos anos, à revelia do artigo 192 da Constituição Federal, o sistema financeiro nacional sofreu várias mudanças patrocinadas pelo governo. A eventual privatização dos bancos públicos pode ter sido facilitada por esse movimento?

**Lesbaupin** - Não somente na questão do sistema financeiro, mas toda a política econômica do governo federal está voltada aos interesses da lógica neoliberal. Vejamos a reforma tributária, que não foi feita. Enquanto isso, o governo, por medidas



# ...ção pública

*Quando Henrique Cardoso em 1999 tenha impedido a venda de novas estatais*

provisórias, piorou o sistema tributário exatamente para quem ganha menos.

**FA** - Então o objetivo dessa mudança foi a adequação aos interesses do capital especulativo internacional?

**Lesbaupin** - Todas as mudanças feitas pelo governo têm esse interesse. Volta e meia, o Fundo Monetário Internacional elogia o comportamento do governo em relação às metas estabelecidas...

**FA** - A experiência com privatizações em outros setores justifica a possibilidade de privatização do que resta do sistema financeiro público?

**Lesbaupin** - O objetivo inicial, ao menos o declarado pelo governo, era abater a dívida pública. Mas o patrimônio público está indo embora e o déficit público não

diminuiu, só aumentou. E este ano o governo prevê gastos de R\$ 707 bilhões com refinanciamento e pagamento de juros das dívidas interna e externa. No ano passado, foram gastos R\$ 347 bilhões. Qualquer um desses valores é muito superior ao que tem sido gastos em áreas sociais importantes para grande parte da população.

**FA** - A receita neoliberal está, então, sendo aplicada com sucesso pelo governo de Fernando Henrique Cardoso?

**Lesbaupin** - Alguns teóricos do neoliberalismo estão criticando a política de Fernando Henrique, porque é predatória ao extremo, dirige a privatização para certos setores. Isso aqui não é bem neoliberalismo, mas sua articulação com a velha prática política brasileira de colocar o que é público a serviço de certos setores.

**FA** - Caso se concretizem mais privatizações, com um déficit público crescente, quais as perspectivas para a economia nacional?

**Lesbaupin** - Do ponto de vista de 80% da população, que não se beneficia desse projeto, há um desmonte da nação, tudo como se fosse a coisa mais moderna. A concentração de renda só aumentou, caiu a renda salarial média e aumentou a parte relativa ao capital. Estamos juntos com Serra Leoa na desigualdade de renda.

Depois que o processo terminar, se venderem 100% das estatais, o Brasil não vai ter condições de enfrentar a economia globalizada. Estaremos vulneráveis a qualquer crise. Um dos meios de levantar a economia é exatamente pelos investimentos feitos através das empresas públicas.



# Reação social é imprescin

*Sem a mobilização dos trabalhadores e da sociedade organizada, não será possível ba*

**E**ste ano deve ser marcado pelo fortalecimento ou desmonte dos bancos públicos federais. Tudo vai depender do trabalho da consultoria Booz Allen & Hamilton, contratada pelo governo federal para avaliar Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social (BNDES). E, depois desse trabalho, da reação da sociedade e dos movimentos civis organizados para barrar eventuais tentativas de privatização ou redução de atividades.

A Booz Allen & Hamilton é a líder

de um consórcio que também conta com a Price Corporation, Data Métrica, Machado Meier e Sendacz & Opice. Sua vitória foi divulgada no início de outubro e o contrato com o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) foi assinado no dia 26 de novembro.

A primeira etapa do trabalho já foi encerrada. O Comif recebeu um diagnóstico de cada um dos bancos estudados. Porém, nenhum dado foi divulgado - nesse caso, a quebra de sigilo configura crime.

De qualquer forma, ainda não se sabe em que direção vai caminhar o trabalho da consultoria contratada pelo governo. "Exatamente pelo sigilo das informações devemos estar extremamente atentos ao que pode acontecer a bancos como a Caixa e o BB", alerta a bancária Júlia Dorigan Mattos, membro da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa e dirigente sindical em Curitiba (PR).

**Calendário** Os resultados da avaliação serão divulgados apenas nas audiências públicas previstas



Aginaldo Azevedo

## FENAE AGORA é lida por 75 mil empregados da Caixa

Anuncie aqui e atinja esse mercado



(61) 323-7516 - imprensa1@fenae.org.br

# Livros denunciam maus resultados



tas no contrato. Essa etapa deve acontecer a partir de junho, caso todos os prazos forem cumpridos. As audiências são o único momento em que a sociedade civil poderá opinar sobre o papel dos bancos públicos e apresentar sugestões e propostas.

"Sabemos que, apesar dos estudos, a área econômica do governo já tem esboços definidos para cada um dos bancos públicos", diz Júlia. A dirigente ratifica que a reação da sociedade ao desmonte do sistema financeiro público deve ser iniciada imediatamente, sob o risco de o Brasil dilapidar as últimas peças de seu patrimônio público.

A reação a isso já tem sido feita, especialmente pelos bancários. Depois das várias atividades no ano passado, o Comitê Nacional em Defesa da Caixa - do qual a Fenaé faz parte - realizou, no final de janeiro, audiência com o vice-presidente Marco Maciel (ver foto na página anterior). Participaram da audiência os diretores da Fenaé Carlos Borges e Erika Kokay, além de deputados e dirigentes bancários. Outras iniciativas têm sido tomadas pelos comitês estaduais. •

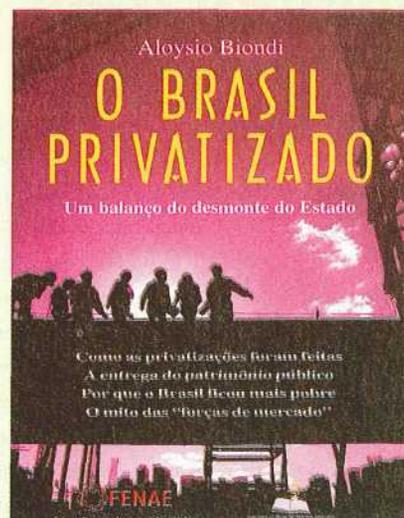
Às margens da grande imprensa, vários livros têm mostrado as inconsistências das privatizações realizadas até agora.

O maior exemplo é "O Brasil privatizado - um balanço do desmonte do Estado", do jornalista econômico Aloysio Biondi. Lançado sem muito estardalhaço, o livro acabou conquistando leitores ávidos por saber aspectos escondidos das privatizações feitas pelo governo federal. Uma das reedições do livro foi patrocinada pela Fenaé, em conjunto com as associações estaduais dos empregados da Caixa.

Biondi conta como as privatizações foram feitas, entregando com subsídios boa parcela do patrimônio público nacional - ou seja, tornando o país mais pobre. Mas a maior revelação do livro é mostrar que as privatizações aumentaram a dívida pública e o déficit nas contas do governo.

Mas como isso pode ter acontecido, se o governo anunciou receitas de R\$ 85,2 bilhões com a venda de empresas na área de telecomunicações, siderurgia, energia e petroquímica? Primeiro, assumindo dívidas das estatais privatizadas, num total de R\$ 8,7 bilhões. Depois, R\$ 14,8 bilhões em prestações que não entraram no caixa.

Além disso, foram feitos vultosos investimentos anteriores às vendas, foram aceitas moedas podres em volumes de até 95% do valor de certas privatizações, foi deixado dinheiro em caixa (R\$ 1 bilhão na Telesp e R\$ 700 milhões na Vale do Rio Doce!) e foram demitidos quase 25 mil trabalhadores antes da venda. O desconto total é de R\$ 87,6 bilhões. "O balanço final mostra que o Brasil torrou suas



estatais", denuncia Biondi, colunista da FENAÉ AGORA.

O sociólogo Ivo Lesbaupin é o organizador do livro "O desmonte da nação - um balanço do governo FHC" (leia entrevista nas páginas anteriores). A tônica dos artigos publicados, em edição lançada no segundo semestre do ano passado, é o processo pelo qual o governo federal submeteu o país ao capital financeiro internacional e à desnacionalização do mercado interno.

## Direitos dos minoritários

Cresce no Congresso a pressão para que seja reformulada a Lei das Sociedades Anônimas. Projetos sobre o assunto, como o do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), não faltam. Passada a onda das privatizações do sistema energético e de telecomunicações, e satisfeitos os grandes interesses do governo, é hora de dar dignidade aos acionistas minoritários. Os trabalhadores que participam de entidades privadas de Previdência devem ficar de olho, pois os fundos de pensão são os grandes acionistas minoritários.

## Agência na moda

Além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência de Vigilância Sanitária (AVS), Agência de Saúde Complementar (ASS), vêm aí a Agência Nacional da Água (Ana), Agência Nacional dos Transportes (ANT), Agência

Nacional da Aviação (ANV) e Agência Nacional da Previdência Complementar (Anpc). Comenta-se também que tanto a Caixa Econômica Federal como parte do Banco Central poderão ser transformadas em agências, uma de fomento, a outra de fiscalização do sistema financeiro.

## Comif

Enquanto a Comissão Especial do Sistema Financeiro da Câmara dos Deputados continua em berço esplêndido, segue a todo vapor a reestruturação do sistema financeiro. Além da anunciada privatização do Banespa, com o diagnóstico do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Federais (Comif) sobre os bancos públicos federais muita coisa vai mudar.

## A força da caneta

Uma expressiva maioria do Congresso Nacional, durante a convocação extraordinária, deu um grande presente ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se da Desvinculação das Receitas da União (DRU), antigo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O Poder Executivo pode continuar manobrando à vontade boa parte das receitas Orçamentárias. Apenas nomes diferentes para a mesma simulação de três poderes.

Adacir Reis, advogado e consultor legislativo

## A primeira feminista

*Nísia Floresta foi autora das primeiras páginas sobre o feminismo no Brasil*

O feminismo brasileiro tem uma precursora. Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida Dionísia Gonçalves Pinto em 1810, foi autora das primeiras páginas sobre o feminismo no Brasil. E isso em 1832, com o livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens", tradução livre de uma obra da inglesa Mary Wollstonecraft. Na época, ela tinha apenas 22 anos.

Mas sua história em defesa das mulheres começou um ano antes, no jornal Espelho das Brasileiras, de Pernambuco. Durante três anos, ou trinta edições, Nísia escreveu artigos sobre a condição feminina. Todos os seus livros, mesmo os poemas, tiveram essa temática.

Segundo a pesquisadora Constância Lima Duarte, "num tempo em que a maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa, Nísia escrevia para defender os direitos das mulheres, índios e escravos". Exatamente por isso, "recebeu em troca o desprezo, a difamação e o esquecimento". Tanto que até hoje é mais lembrada como escritora romântica do que feminista.

Por seus ideais, Nísia teve uma vida turbulenta. Casou-se aos 13 anos, em 1823, mas em menos de um ano voltava à casa dos pais. Em 1828, passou a morar com Manuel Augusto de Faria Rocha, que morreu cinco anos depois.

Nascida no Rio Grande do Norte, a escritora morou em vários outros estados e também na França, onde morreu em 1885. O pretexto para sair do país foi a saúde da filha, mas Nísia fugiu de campanha difamatória implacável. Nem por isso, o feminismo deixou de ter uma precursora à altura no Brasil.



### Nísia atraiu inimigos por ser educadora

Além da literatura feminista, Nísia Floresta teve papel destacado na educação. Começou o magistério no Rio Grande do Sul, mas atingiu seu ápice no Rio de Janeiro, com o Colégio Augusto, dirigido por ela. E foi uma fatalidade que a levou a se dedicar exclusivamente à educação e literatura: a morte de seu marido, em 1833.

Para suas alunas, escreveu três obras no mesmo ano, 1847. "A jovem completa" foi tratada pelos jornais da época como "uma história moral, por uma brasileira". "O modelo das donzelas" foi publicada pelo próprio colégio. Já a Typographia Imparcial publicou o discurso que Nísia fez, naquele

ano, por ocasião do encerramento das aulas no Augusto.

Seu destacado papel de formadora e feminista atraiu muitos desafetos no século XIX. Tanto que seu nome, injustamente, tem sido omitido da história da literatura nacional e também da educação feminina.

E a figura de Nísia Floresta adquire importância ainda maior exatamente se formos analisar o período em que viveu: era um tempo em que a esmagadora maioria das mulheres brasileiras, vítima da dominação masculina, vivia enclausurada e à mercê da vontade masculina. •

# Fator de prejuízo aos aposentados

O governo federal lançou um verdadeiro golpe de mestre, em novembro do ano passado, ao aprovar uma figura chamada fator previdenciário. Quem pediu aposentaria a partir de dezembro já está incluído nas novas regras. E qual seu efeito prático? Simples: quem se aposenta cedo, para os padrões do governo,

sempre perde em relação a seu salário.

Para se ter uma idéia, quem contribuiu durante 35 anos só vai ter vantagem caso se aposente após os 59 anos. Para garantir um benefício igual ou superior ao salário da ativa, só mesmo trabalhando até os 62 anos. Ou então tendo 41 anos de contribuição à Previdência. Em termos, porque o teto do INSS, hoje, é de R\$1.255,32.

O fator previdenciário resulta de um cálculo, à primeira vista, complicado. E é mesmo. É o resul-



## Confira sua aposentadoria

Tempo de contribuição	Idade	45	50	55	60	65	70
30		0,496	0,596	0,729	0,911	1,170	1,558
	35		0,702	0,858	1,072	1,378	1,834
		40		0,990	1,236	1,588	2,114
			45		1,403	1,802	2,398
				50		2,020	2,687
					55		2,981

ta- do do cruzamento do tempo de contribuição com a idade do segurado, além de uma taxa percentual variável. Se essa conta der mais que 1, o valor da aposentadoria aumenta. O problema é que, nos casos em que se concentra a maior parte das pessoas, o resultado é inferior a 1 (confira tabela com alguns valores ao lado).

Mas o benefício do INSS não é pago sobre o salário do trabalhador, mas sobre o salário de benefício. A nova lei determina que sejam considerados os maiores salários encontrados em 80% do período iniciado em julho de 94. Mais complicação.

**Artifício** O fator previdenciário foi criado depois que o governo federal não conseguiu aprovar a exigência de idade mínima para se aposentar. Em 1998, por apenas um voto, os parados de oposição conseguiram retirar do texto a idade das aposentadorias integrais.

O governo não assimilou a derrota e, com o fator previdenciário, conseguiu dificultar ainda mais as aposentadorias. Um exemplo? Trabalhador que se aposentar com 34 anos de contribuição e 51 de idade perde 30% do valor do benefício.

"Com o fator previdenciário, o governo fez retornar a reforma original, antes das alterações promovidas na Câmara dos Deputados", explica a assistente social Cláudia L'Amour, membro do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). Para ela, "a perda de benefícios aumenta a exclusão social, atendendo a uma lógica determinada pelo Fundo Monetário Internacional".

Cláudia lamenta que "a sociedade civil organizada e os trabalhadores não conseguiram se articular para se contrapor a essa manobra do governo". Entre outras coisas, porque "a velocidade com que o governo aprovou o projeto foi tamanha".

As novas regras foram aprovadas no Congresso Nacional no final do ano passado

mas, nos próximos cinco anos, o fator previdenciário será aplicado progressivamente, mês a mês.

Em dezembro, primeiro mês de sua aplicação, o fator incidirá apenas sobre 1/60 partes do salário médio de contribuição. O fator vai incorporando uma parte em 60 até dezembro de 2004, quando acaba a regra de transição.

Com essa regra das 60 partes que são consideradas progressivamente, o governo conseguiu diminuir também o benefício possível para quem, por acaso, tenha fator previdenciário acima de 1. Pior, impossível.

A exigência de comprovação do tempo de contribuição é ainda outro complicador, especialmente para os trabalhadores de baixa renda. Especialistas em legislação previdenciária são unânimes em afirmar que a falta de registro em carteira e a perda de documentos dificultam o acesso das pessoas ao benefício da Previdência.

**Cálculos** O advogado Adacir Reis, assessor parlamentar da Fenae, apresenta estimativas de que, com todas essas complicações, "as perdas poderão ultrapassar 40% do que o trabalhador receberia pela metodologia antiga".

O exemplo dado por Reis, especialista em Previdência, é de um homem que se aposenta com 35 anos de contribuição e 53 anos de idade. Caso tivesse se aposentado em novembro do ano passado, com base na média dos últimos 36 salários de contribuição pagos pelo teto, receberia um benefício de R\$ 1.255,00. Se pedisse a aposentadoria no início de dezembro,

As combinações inferiores a 1 diminuem a aposentadoria

j á com a adoção do fator previdenciário, receberia R\$ 880,00. Após os cinco anos da fase de transição, o benefício cairia para R\$ 690,00.

"Para não sofrer redução de benefício, o trabalhador, mesmo tendo todas as condições de se aposentar, terá que retardar o pedido para driblar o fator previdenciário", diz o advogado. No entanto, ele avalia que "o segurado vai optar pela aposentadoria, mesmo arcando com um benefício reduzido, em virtude da instabilidade das regras da Previdência".

Reis afirma que "o fator previdenciário, por dar peso importante à idade do segurado e à sua sobrevivência, vai premiar aqueles que ingressam mais tarde no mercado de trabalho e punir os que reuniram antes as condições de aposentadoria, por terem começado a trabalhar mais cedo". Além disso, ele observa que as dificuldades crescentes em obter aposentadoria pelo INSS estão provocando um aumento na procura pela Previdência privada. "Como o espaço do INSS vai ser reduzido, aumentará a procura por uma complementação de renda", diz.

Tudo conforme o governo federal deseja. ©

# Carnava

## O maior espetáculo da te

**E**ste ano o carnaval começa um pouco mais tarde, no primeiro final de semana de março, mas nem por isso a animação deve ser menor. A maior festa do país, já há vários anos, movimenta o Brasil inteiro, de norte a sul. É um só carnaval, mas os quatro dias de folia são comemorados de maneira completamente diferente em cada ponto deste país.

Rei Momo tem em todo lugar. Mas escola de samba que se preze está no Rio de Janeiro, apesar da concorrência de São Paulo; trio elétrico é em Salvador, que até exporta folias fora de hora, as milionárias micaretas; o frevo corre solto nas ruas de Olinda e Recife. Se, de um lado, o carnaval está cada vez mais institucionalizado, transformado em mercadoria, de outro as tradições populares se mantêm vivas não só nas pequenas cidades, mas também nos grandes centros.

### Rio

Sob as vistas do Cristo Redentor, o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro virou sinônimo do carnaval, especialmente para os estrangeiros. Milhares de sambistas em fan-

tasias luxuosas atravessam a passarela do samba, na avenida Marquês de Sapucaí, ante os olhares embasbacados de maravilhados espectadores. Isso sem contar com a televisão, que potencializou o alcance dessa festa que já foi chamada de "oitava maravilha do mundo".

Mas o Rio de Janeiro não se resume às escolas. São famosos os bailes, as festas de rua, os blocos quase anarquistas. Prova de que não é preciso gastar milhares de dólares para se divertir e ser feliz. Sempre ao som do samba.

### Bahia

Atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu... Vestindo o caro e elitista abada de um trio ou pulando feito pipoca, de forma independente, a alegria é a mesma no carnaval de rua de Salvador. A primeira capital do país tem mais de 150 blocos organizados, movimentando R\$ 100 milhões todos os anos. Afinal, não é sempre que se reúnem 1,5 milhão de pessoas para pular durante

Últros dias seguidos.

Além da axé music, os afoxés representam a força do carnaval local, com seus rituais de devoção às divindades do candomblé.

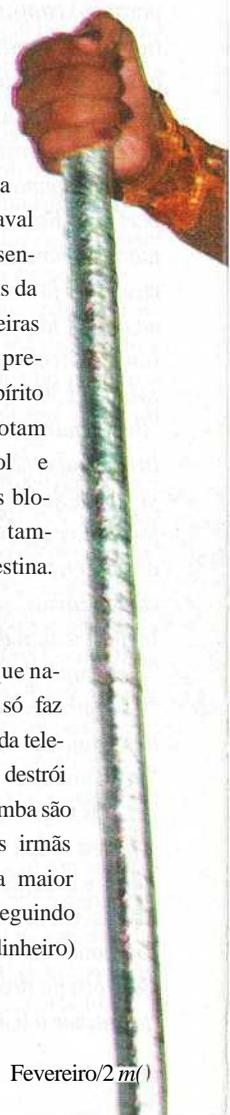
### Olinda e Recife

O maior bloco do mundo é o orgulho do Recife. Afinal, 1,5 milhão de pessoas correm atrás do Galo da Madrugada, na abertura do carnaval local. O frevo é a trilha sonora oficial do carnaval pernambucano, que se desenvolve principalmente nas ruas da capital e também nas ladeiras históricas de Olinda. Não é preciso muito para entrar no espírito do carnaval local: muitos adotam basicamente o guarda-sol e seguem o ritmo do frevo. Os blocos que revivem o maracatu também animam essa festa nordestina.

### São Paulo

Que tûmulo do samba, que nada! O carnaval paulistano só faz crescer, alavancado pela força da televisão e da grana - que ergue e destrói coisas belas... As escolas de samba são praticamente clones de suas irmãs cariocas, mas o carnaval da maior cidade do país vem conseguindo maior prestígio (leia-se mais dinheiro) a cada ano.»

Milhões de reais  
são investidos para  
fazer o melhor  
carnaval do mundo



# Origem da festa se divide entre rituais do Egito, Grécia e Roma

Muitas e muitas revisões históricas tentam descobrir a verdadeira origem do carnaval. As controvérsias são muitas, mas as teorias mais recentes apontam para um hibridismo entre várias culturas.

No Egito, cultuava-se Osiris. Na Grécia e em Roma, os deuses também eram homenageados em rituais de devoção.

Foi dessas festas pagãs que surgiu o moderno carnaval, fixado nos dias que antecedem a quaresma, o período de 40 dias anterior à páscoa cristã. Sua data é variável porque a páscoa acontece sempre no primeiro domingo depois da primeira lua cheia após o dia 21 de março.

Difícil? Não, se formos ver que o carnaval é sabido e aguardado ansiosamente todo ano. Especialmente no Brasil, onde acontece oficialmente desde 1641, por ocasião dos festejos pela coroação de João IV, rei de Portugal.

Por conta disso, nossos primeiros carnavais foram inspirados nos entredos portugueses, batalhas inocentes de água com limão. A coisa foi pegando, tanto que 100 anos depois as guerras aconteciam com tomates, ovos podres e urina.

Na música, também houve mudanças. Primeiro, dançava-se ao som das canções e quadrilhas lusitanas. Depois, adotou-se ritmo italiano. Foi em 1870 que surgiu um ritmo brasileiro, o maxixe, com a primeira marchinha de carnaval conhecida: "E viva Zé Pereira". Viva Zé, viva Maria, viva João, viva Teresa. É o carnaval brasileiro!



# Projeto dos ruralistas tem grave impacto ambiental

Há uma forte articulação para que o substitutivo à MP 1.885 seja aprovado na Comissão Mista do Congresso. A proposta chegou a ser colocada em votação no dia 23 de novembro último, após uma manobra da bancada ruralista que não encontrou qualquer resistência entre parlamentares da base de sustentação do governo.

As mudanças desejadas pelos ruralistas no Código Florestal só não foram adiante porque houve uma rápida reação de parlamentares ligados à questão ambiental e a líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Marina Silva (PT-AC), conseguiu obstruir a votação. Depois disso, a Câmara Técnica Temporária de Atualização do Código Florestal (Conama) solicitou o adiamento da votação do substitutivo para a próxima legislatura.

Em documento encaminhado à Comissão Mista, a Câmara Técnica propõe que seja incorporada pelo Legislativo a proposta que ela vem desenvolvendo e que deverá ser concluída até março. É sugerida, inclusive, a participação da Comissão Mista no trabalho que vem sendo feito no âmbito do Conama, para a modernização da legislação ambiental. O objetivo é promover a necessária atualização do Código Florestal, mediante consultas aos vários segmentos sociais interessados em participar, levando-se em conta a complexidade da questão, os interesses e as diversidades regionais.

O documento da Câmara Técnica encaminhado à Comissão Mista alerta para as "graves conseqüências ambientais, sócio-econômicas e financeiro-tributárias" que poderão advir da "aprovação abrupta" do projeto defendido pelos ruralistas.

# Código de

## *Novo Código Florestal pode acelerar o desmatamento da*

**O** Brasil é o terceiro país no ranking mundial em cobertura florestal e abriga um terço das florestas tropicais remanescentes em todo o mundo. Mas, de acordo com dados do WWF (Fundo Mundial para a Natureza) o país já perdeu dois quintos de suas florestas naturais, tornando-se o segundo mais desmatado do mundo, depois da China.

O processo de destruição florestal pode, no entanto, ser acelerado por iniciativa do próprio Congresso Nacional. Está prevista para março - início da próxima legislatura - a votação de um substitutivo à Medida Provisória 1.885, que altera substancialmente o atual Código Florestal, criando condições não só para que o desmatamento de floresta nativa seja incrementado, como também para o fortalecimento da chamada "indústria das indenizações milionárias".

Conforme denúncia feita pelo WWF, a proposta foi negociada na Casa Civil entre o governo e o Conselho Nacional da Agricultura, sem a participação da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), órgão criado para a revisão do Código Florestal e que reúne representantes da sociedade civil, do setor empresarial e do governo. A composição dessa Câmara foi negociada no Ministério do Meio Ambiente, ou seja, dentro do próprio governo.

O substitutivo que será colocado em votação na Comissão Mista do Congresso propõe, entre outras coisas, que reflorestamentos de eucaliptos e de pinus possam servir para fins de cálculo da reserva legal em pequenas propriedades rurais da floresta amazônica e do Pantanal - pelas regras atuais, a reserva legal nessas regiões tem que ser feita com floresta na-

# e má conduta

*resta nativa e permitira exploração econômica das áreas de proteção permanente*

tiva. Também prevê a conversão de floresta nativa, sem licença das autoridades ambientais, em lavouras nas propriedades mais produtivas. Além disso, dispensa a reserva legal em propriedades com menos de 20 hectares.

O Código Florestal em vigor exige 50% de reserva para as terras na Amazônia e 20% no cerrado.

## Retrocesso

Alem maior retrocesso já sofrido pela legislação ambiental nacional", o Projeto de Lei de Conversão da MP 1.885, que, em realidade, institui um novo Código Florestal para o Brasil, "traz graves prejuízos aos cofres públicos", principalmente no combate à chama-

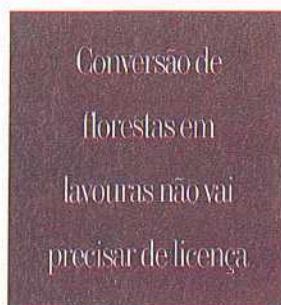
da "máfia da desapropriação ambiental e agrária". Esta é a conclusão a que chegaram o

Procurador de Justiça e coordenador das Promotorias de Justiça Ambientais de São Paulo, Antônio Herman Benjamin, e o assistente executivo da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Sérgio Pascoal Pereira.

Em parecer conjunto eles destacam que, para efeito de desapropriação, o substitutivo em discussão no Congresso equipara à propriedade produtiva todas as áreas com cobertura florestal, inclusive aquelas com restrição de uso. 'Assim, no caso de desapropriação para fins ambientais (parques, reservas ecológicas etc) ou fundiários (reforma agrária) o poder público

será obrigado a avaliar - e pagar - a terra com uso limitado (total ou parcial) como se estivesse em plena produção econômica".

Herman e Pascoal lembram ainda que o projeto desconfigura a função das Áreas de Proteção Permanentes (APP), permitindo a exploração econômica e tornando inaplicável o Código Florestal, além de não respeitar sequer o "ato jurídico perfeito", determinando que seus dispositivos sejam aplicados aos "termos de compromisso já formalizados", de forma que possam ser reabertos todos acordos judiciais ou extrajudiciais feitos pelo Ibama, Incra e fazendas públicas estaduais e municipais, nos casos de desapropriação ambiental ou agrária. O novo texto trata também de "feitos pendentes", interferindo em sentenças de processos em que o Poder Público questiona os valores astronômicos postulados pela "máfia da desapropriação". ©



# CATASTROFES BRASILEIRAS





*Sd <2 Sasse Caixa Seguros dá o valor que seu patrimônio merece.*

A Sasse Caixa Seguros garante a proteção que você merece. Seguro residencial, de automóvel, de acidentes pessoais, de vida, de saúde, de empresas, de término de obras, de habitação e previdência privada. Tudo com a exclusiva garantia dos 130 anos da Caixa. Não tem segredo. Seguro é com a Sasse Caixa.

**SASSE CAIXA**  
**SEGUROS**

Central Sasse Caixa de Atendimento: 0800-166383  
[www.sassecaixa.com.br](http://www.sassecaixa.com.br)

GRANDES PARCEIROS  
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

**CAIXA**

**SASSE CAIXA**  
**SEGUROS**

**FENAE**  
S E G U R O S

A **FENAE Seguros** tinha que mudar sua marca. Não dá para faia' da FENAE sem falar da SASSE. Como não óa para falar da SASSE sem falur ra CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos c FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus baicões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da gu untia. Sempre oferecendo produtos novos, ages e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a idenhdade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.